

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Início da sessão: 21,15 horas

Términos da sessão: 01,40 horas

Membros que compareceram à sessão:

José Manuel Dias Custódio	E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:
Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio	
Ana Maria Teodoro Jorge	União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:
Joaquim Manuel Nunes Barbosa	Pedro Manuel Marques Margarido
António Alberto de Carvalho Santos	União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:
Duarte Gonçalves (substituiu Teresa Maria Farto Faria de Sousa)	Edgar Ferreira dos Santos
José António da Costa Tomé	União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:
José Celestino Arnaut Monroy	Zita Maria Leitão da Silva
Júlia Maria Fernandes Alfaiate	Moita dos Ferreiros:
Joaquim Simões dos Santos	Maria do Rosário Prazeres Silva Bento
João José Dias Ferreira	Reguengo Grande:
Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho	Vítor Jorge Henriques Príncipe
Mário Ferreira Gonçalves	Ribamar:
Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição	Pedro Alexandre Rato
Carlos Santos (substituiu Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa)	Santa Bárbara:
Jorge Augusto Farto Faria de Sousa	Sérgio Dionísio Costa Ferreira
Luis António Marteleira Marques	Vimeiro:
Ana Catarina Bernardo Amaro Caixaria	Rui Miguel Martins Santos
José Manuel Levy da Silva Soeiro	
Alexandre Manuel de Jesus Maurício	
Maria Filomena de Jesus Miranda Frade	

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

----- Aos 29 dias do mês de abril do ano de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município de Lourinhã, pelas 21,00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Lourinhã, em sessão ordinária, anunciada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal: José Manuel Dias Custódio, Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio, Ana Maria Teodoro Jorge, Joaquim Manuel Nunes Barbosa, António Alberto de Carvalho Santos, Duarte Gonçalves (substituiu Teresa Maria Farto Faria de Sousa), José António da Costa Tomé, José Celestino Arnaut Monroy, Júlia Maria Fernandes Alfaiate, Joaquim Simões dos Santos, João José Dias Ferreira, Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho, Mário Ferreira Gonçalves, Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição, Carlos Santos (substituiu Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa), Jorge Augusto Farto Faria de Sousa, Luis António Marteleira Marques, Ana Catarina Bernardo Amaro Caixaria, José Manuel Levy da Silva Soeiro, Alexandre Manuel de Jesus Maurício e Maria Filomena de Jesus Miranda Frade

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia: Pedro Manuel Marques Margarido; **União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:** Edgar Ferreira dos Santos; **União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:** Zita Maria Leitão da Silva; **Moita dos Ferreiros:** Maria do Rosário Prazeres Silva Bento; **Reguengo Grande:** Vítor Jorge Henriques Príncipe; **Ribamar:** Pedro Alexandre Rato; **Santa Bárbara:** Sérgio Dionísio Costa Ferreira e **Vimeiro:** Rui Miguel Martins Santos.

Pela Câmara Municipal da Lourinhã estiveram presentes: Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, e os Srs. Vereadores Hernâni Santos, Fernando Oliveira Sérgio Fontes (substituiu António Augusto Antunes), Carla Custódio, Vanda Oliveira e Vital do Rosário.

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: Duarte Nuno Neto Gonçalves substitui Teresa Maria Farto Faria de Sousa; Carlos Dionísio Santos substitui Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa.

CORRESPONDÊNCIA: O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da seguinte correspondência:

REGISTO DE ENTRADA Nº:	ENTIDADE:	ASSUNTO:
26/2015	HERNÂNI LUÍS HENRIQUES DOS SANTOS	Ausência na sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2015. Substituição.
27/2015	ANMP	Reunião do Conselho Geral da ANMP de 01/03/2015 – Envio de Convocatória e Ordem de Trabalhos.
28/2015	FILOMENA FRADE	Envio de Relatório da deslocação do Grupo Municipal do PSD às Cesaredas
29/2015	CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA LOURINHÃ	Convite – Olhares sobre o Património (07/03/2015)
30/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	<i>Convite – Homenagem a António Sérgio (12/03/2015)</i>
31/2015	ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU	Envio de Moção aprovada na sessão da Assembleia Municipal de Viseu de 27/02/2015, sobre o combate à corrupção.
32/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a sessão pública do projeto de Certificação dos Serviços (20/03/2015)
33/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convocatória para a reunião do Conselho de Planeamento e Gestão Estratégica da Lourinhã (PEL) (20/03/2015)
34/2015	CRECHE “OS BATATINHAS”	Convite para o 5.º Aniversário (22/03/2015)
35/2015	CCDRLVT	Revisão do PDM Lourinhã – Reunião da CA (31/03/2015)
36/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite Encontro: “Educação pelos Afetos” (21/03/2015).
37/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	COMUNICADO – Imposto Municipal sobre Imóveis
38/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convocatória – Conselho Municipal de Educação (14/04/2015)
39/2015	GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES”	Enviam as perguntas dirigidas ao Ministério da Saúde sobre a situação dos Centros de Saúde da ARSLVT.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

40/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a 2.ª Fase Distrital de Lisboa do Concurso Nacional de Leitura (08/04/2015)
41/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para a Conferência “E agora, que futuro?” (09/04/2015)
42/2015	TRIBUNAL DE CONTAS	Despacho Judicial n.º 3/2015 – EC – 9.ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – Lei n.º 98/97, de 26/08
43/2015	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CABEÇA GORDA	Convite para o 25.º Aniversário (18/04/2015)
44/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Comitiva da Vila Francesa de Deuil-la-Barre. Convite para jantar oficial (17/04/2015)
45/2015	VELHA GUARDA DO SPORTING CLUBE LOURINHANENSE	Convite para festa convívio anual (30/05/2015)
46/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a inauguração da Exposição. “A Corte que parte. O invasor que chega. – Episódios das Guerras Peninsulares” – 41. Aniversário do 25 de abril (25/04/2015)
47/2015	TERESA FARIA F. FARIA DE SOUSA	Justificação de falta à sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2015. Solicita substituição.
48/2015	HELENA MÁXIMO DA COSTA	Justificação de falta à sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2015. Solicita substituição.
49/2015	ADLOURINHÃ	Convite para a inauguração da Expo Lourinhã 2015 (30/04/2015)
50/2015	ADLOURINHÃ	Convite para a Gala de Distinções pelo Desenvolvimento (01/05/2015)
51/2015	ADEPE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	O GAC Oeste, o projeto GALPesca e o Município da Lourinhã – Esclarecimentos.
52/2015	JUNTA FREGUESIA DE RIBAMAR	Comunica ausência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar, entre o dia 30/04 e o dia 15/05.
53/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite – Homenagem a José Mariano Gago (30/04/2015)
54/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	IV Edição do Festival Livros a Oeste – Convite para a cerimónia de abertura do IV Festival Livros a Oeste 2015 (05/05/2015)
55/2015	ANTÓNIO AUGUSTO BAPTISTA ANTUNES	Justificação de falta à sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2015. Solicita substituição.
56/2015	ADCR DO NADRUPE	Comemoração do Dia do Trabalhador – Convite para almoço (01/05/2015)

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

57/2015	ANTÓNIO OLIVEIRA GOMES	Substituição na sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2015, por Sérgio Fontes
---------	---------------------------	---

Foi transmitido ainda que a correspondência estava à disposição dos Membros, numa pasta e, posteriormente, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente: José Manuel Dias Custódio; 1º Secretário: António Alberto de Carvalho Santos e 2º Secretário: Júlia Maria Fernandes Alfaiate.

ATAS APROVADAS: A Assembleia deliberou aprovar os textos das Atas nºs 05 e 06 de 21.11.2014 e 20.12.2014, respetivamente. Relativamente à ata da sessão de 20.12.2014, os membros Joaquim Simões, Paula Marinho, Vítor Príncipe, Carlos Santos e José Monroy abstiveram-se por não terem estado presentes na respetiva sessão da assembleia de 20.12.2014.

-----**PERÍODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

Alexandre Maurício:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que irá abordar uma iniciativa que está a decorrer, ao longo desta semana, no concelho da Lourinhã e em todas as freguesias. É algo que considera importante para o Concelho. Está a falar da semana da reabilitação urbana promovida pela Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã. Teve a oportunidade de estar presente na ação promovida na Moita dos Ferreiros e no Moledo. No entanto, parece-lhe que a mesma passou um pouco despercebida. Mas é uma matéria importantíssima para o Concelho da Lourinhã. Assim, não quer deixar de dar uma palavra de apreço à AFCL, mais concretamente, a todos os presidentes de junta de freguesia. Para si não é nenhuma surpresa, face ao que têm vindo a fazer pelo concelho já há muitos anos. Considera esta ação uma mais-valia em relação a uma temática muito importante e que tantas vezes já se falou nesta Assembleia, neste e noutros mandatos. Mas, desta vez está-se a tornar algo mais sério e de elevada importância. Pensa que todos os membros desta Assembleia subscrevem este reconhecimento.

Paula Marinho:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, começou por dar os seus parabéns ao Executivo e a todas as juntas de freguesia que participaram nas iniciativas do Dia dos Moinhos. Em relação ao IMI, queria apresentar a seguinte questão: sabem que a Câmara vai investigar o erro que ocorreu, mas querem também saber se já pensaram quais serão as consequências

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

desse erro, uma vez que vai haver um prejuízo para a Câmara. Também existem privados que foram prejudicados, como por exemplo, quem pagava antes 3 prestações de 180 euros agora vai ter pagar 2 prestações de 270 euros. Vão ser repostos os 10%, mas haverá casos onde ir-se-ão manter o desconto de 10%. Assim, mantendo-se esta realidade, queria saber se já foi pensada uma solução para suprir este problema.

Filomena Frade:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação à reunião que se realizou nas Cesaredas sobre a ampliação da suinicultura do Tardete, quer deixar aqui duas notas. Portanto, primeira nota: quer felicitar a Assembleia de Freguesia do Reguengo Grande por ter tido a iniciativa de realizar esta sessão de esclarecimento, juntando todos os interessados, nomeadamente, a população, proprietários, técnicos e executivo camarário na pessoa do Sr. Presidente da Câmara. Infelizmente nem sempre assistem a esta disponibilidade para discutir assuntos melindrosos do Planalto. Segunda nota: para além dos pareceres das entidades consultadas e daquilo que foi o compromisso informal do proprietário, a Câmara é a principal interessada em defender os valores daquele território, nomeadamente o aquífero das Cesaredas. Numa altura em que as concessões do abastecimento de água estão na ordem do dia é importante olharem para estas reservas como fatores estratégicos dos municípios. O aquífero das Cesaredas apesar de não ser utilizado para abastecimento é a base de muitas atividades económicas do Concelho. Por isso recomendam que a Câmara defenda soluções técnicas que evitem a contaminação das linhas de água superficiais e do aquífero, nomeadamente a impermeabilização das lagoas novas e das existentes a reverter e soluções de monitorização fiáveis. Lembram que as questões ambientais não são um impedimento ao desenvolvimento económico, bem pelo contrário, podem até ser a alavanca para soluções tecnicamente mais eficientes. O segundo assunto é sobre o erro na cobrança do IMI. Infelizmente só pode confirmar aquilo que disse nesta Assembleia na sessão de setembro, mais concretamente, que a Câmara não tem capacidade para executar a proposta de taxas que apresentou. Referiu na altura que não acreditava na execução daquela proposta, dado que a comunicação das taxas diferenciadoras de IMI tem que ser acompanhada dos artigos matriciais a que se aplicam. Foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que, até ao final de outubro, tinham condições para o fazer. O resultado está à vista, não havendo capacidade para identificar os prédios aos quais se aplicava a taxa reduzida, foi aplicada a todos os prédios do Concelho. E tem conhecimento que é a segunda vez que esta situação acontece no concelho.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Em 2007 o mesmo erro teve as mesmas consequências. Pergunta de quem é a responsabilidade e quanta custa este erro ao município.

José Soeiro:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que iria começar pela questão da comunicação aos Lourinhanenses, relativamente àquilo que se passa nesta assembleia. Portanto, depois de terem aqui uma queixa de mau trato ao jornal da Lourinhã, verifica-se que a última assembleia nem sequer mereceu uma linha no referido jornal. Assim, ao não ter qualquer notícia, permitiu que a membro Filomena Frade tenha escrito um artigo em nome do PPD-PSD, que não releva o que se passou na assembleia. É uma visão própria do partido, que tem todo o direito a isso, mas que não corresponde ao que se verificou na assembleia, nem às propostas apresentadas. Isto para chamar à atenção da assembleia que é necessário que haja uma comunicação às pessoas que os elegeram, em relação àquilo que se passa nas assembleias. Uma segunda questão tem a ver com a publicidade do Concelho. Foi dito em 2014 que ia ser tomada uma atitude, no que se refere à publicidade exposta ao longo da Lourinhã. Ninguém respeita nada, não se respeita sinais, enfim, não existe qualquer ordem. Portanto, era bom que a Câmara tomasse uma atitude em relação à publicidade, até porque há pessoas que têm negócio da publicidade e pagam relativamente à área que ocupam para efeitos da sua atividade económica. Uma terceira questão resulta das águas e do estudo da APA. O respetivo estudo conclui que a Lourinhã não é um território passível de inundações. Independentemente do que aconteceu, julga que o Sr. Presidente da Câmara deveria pedir uma revisão do estudo, dado que não corresponde à verdade. Antes pelo contrário, qualquer queda de água um pouco mais forte dá origem a inundações em alguns espaços específicos do Concelho. Está a procurar identificar os respetivos espaços e numa próxima assembleia abordará novamente esta matéria. Depois, relativamente à Carta Educativa, referiu que esteve presente numa reunião sobre esta matéria. Portanto, julga que todos os indicadores que estão a ser utilizados para a avaliação da Carta Educativa não correspondem à realidade do Concelho. Na referida reunião chamou a atenção para isso. Na sua opinião a emigração que se verificou no Concelho atingiu também o agregado ativo com os filhos, onde o número de pessoas consideradas para efeitos prospetivos, relativamente ao que serão o número de crianças no concelho, está inflacionado. Quer também fazer uma referência à Junta de Freguesia do Reguengo e ao Reguengo Grande pois levou à prática algo que há muito tempo defende e que são os rastreios à população idosa na área das estruturas associativas que existem nas aldeias. Portanto, tem conhecimento que foi feito, com a participação efetiva dos

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

idosos, alguns rastreios, por exemplo, na área dos diabetes. Quanto à cobrança do IMI, pensa que esta questão se transformou numa embrulhada. Votou contra a proposta de IMI, baseado na reavaliação feita ao património. Apenas tem a dizer que o IMI, em relação a muitas propriedades, cujas áreas foram cedidas à Câmara para efeitos de obras do domínio público, não corresponde efetivamente à realidade. Portanto, dever-se-ia fazer um estudo mais aprofundado relativamente às matrizes e às áreas correspondentes à propriedade, para que as pessoas paguem o que efetivamente têm que pagar; e não aquilo que aparentemente possuem. Assim, alguns proprietários estão a ser prejudicados.

José Tomé:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, deu conhecimento à Assembleia que a bancada do PS irá entregar à Mesa uma proposta de moção relacionada com os cuidados de saúde na Lourinhã. Também irão entregar uma Proposta relativamente à valorização territorial do Planalto das Cesaredas, subscrita por ele em quanto líder da bancada do PS; pela membro Paula Marinho, líder da bancada do CDS-PP e também pelo membro José Soeiro da CDU, que passou a ler:

**“PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL
DO PLANALTO DAS CESAREADAS**

Os assuntos diretamente relacionados com o território deste concelho devem ter de todos nós a assunção clara de uma atitude responsável, sem manifestações empíricas e de mero aproveitamento político.

Há necessidade de se realizar uma profunda discussão em torno do planalto das Cesaredas, uma área de acentuada magnificência social, patrimonial, ambiental, cultural e económica, onde confluem ideias e interesses nem sempre compatíveis. Urge estimular, dentro de uma perspetiva de desenvolvimento integrado, a implementação de um conjunto de ações que eleve a qualidade de vida das populações e transforme aquele território num local mais aprazível e atrativo, dentro do contexto dos espaços rurais do nosso concelho, onde os diversos interesses coabitem harmoniosamente, potenciando um somatório de intenções geradoras de políticas integradas e convergentes numa resposta eficaz aos problemas.

Para tal, torna-se imperioso que o trabalho a desenvolver reúna, no seio de um maior número possível de massa crítica, um consenso alargado de forma a alcançar os objetivos expressos no Protocolo Intermunicipal do Planalto das Cesaredas, assinado em 2008 pelos Municípios de Lourinhã, Óbidos e Peniche, e a Associação LeaderOeste, que de seguida se transcrevem:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

- . *“Salvaguardar, conservar e valorizar o património cultural, natural, arqueológico, paleontológico e edificado do Planalto das Cesaredas;*
- . *Preservar os núcleos populacionais e as suas atividades tradicionais de forma a desenvolver e a tornar atrativo o seu potencial turístico, ambiental, histórico e etnográfico, possibilitando a sua exploração de forma sustentável;*
- . *Criar e consolidar uma rede de infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, em harmonia com a atividade turística, salvaguardando a fauna e flora local e disponibilizando a sua fruição às populações;*
- . *Desenvolver e consolidar um novo produto turístico associado ao conceito de Natureza, Saúde e Bem-estar promovendo a conjugação de todas as vontades e forças, entre os parceiros públicos e o investimento privado;*
- . *Criar pontos de informação passíveis de dar aos visitantes informação geral sobre o planalto, trilhos principais, oferta de equipamentos ou outros recursos existentes;*
- . *Criar condições para o aumento da capacidade de captação e retenção de fluxos turísticos;*
- . *Posicionar o produto Planalto das Cesaredas no âmbito dos quadros de apoio disponíveis;*
- . *Criar alternativas ao produto Sol-Mar valorizando os recursos turísticos endógeno,”*

Para além destes, incluir-se-á os inerentes às potencialidades económicas do planalto assentes na extração de inertes, suinicultura, agricultura e silvicultura.

Assim, tendo como objetivo a concretização de um trabalho sério e profundo sobre o planalto das Cesaredas, os signatários, em representação dos grupos municipais do PS - Partido Socialista, do CDS/PP - Centro Democrático e Social/Partido Popular e da CDU - Coligação Democrática Unitária, propõem que esta Assembleia aprove a constituição de um grupo de trabalho com a seguinte composição:

- *Representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal (2 PS; 1 PSD; 1 CDS/PP e 1 CDU);*
- *Um representante da Câmara Municipal;*
- *Um representante da União de Freguesias de S. Bartolomeu dos Galegos e Moledo;*
- *Um representante da Junta de Freguesia de Reguengo Grande;*
- *Um representante do Núcleo de Amigos dos Buracos das Cesaredas;*
- *Um representante da Associação Lourambi;*

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

- *Um representante da Associação dos Amigos do Planalto das Cesaredas.*

Este grupo terá a incumbência de apresentar para apreciação e votação, na reunião de dezembro, do corrente ano, desta Assembleia Municipal, uma proposta concreta conducente à resolução das problemáticas do planalto das Cesaredas.

O resultado deste trabalho será o pilar para a criação de um documento estratégico vinculado a um instrumento de ordenamento do território - UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão), a estabelecer nos termos e de acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio que define a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e respetivo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O documento a apresentar deverá conter igualmente uma proposta de programação e execução, definindo um conjunto de ações de concretização da estratégia de desenvolvimento para o planalto as Cesaredas, descrevendo as prioridades de concretização dos objetivos estabelecidos.

A UOPG deverá ser concretizada através de plano de intervenção em espaço rural, que estabelecerá as orientações sobre a forma da respetiva execução, tendo em conta:

- a. A explicitação dos respetivos objetivos e a identificação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes;*
- b. A descrição e uma estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas e respetivos prazos de execução;*
- c. A definição dos meios, dos sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver;*
- d. A estimativa da capacidade de investimento público relativa às propostas do plano territorial em questão, tendo em conta os custos da sua execução.*

O trabalho a apresentar deverá definir um conjunto de parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, bem como os resultados da sua execução de uma forma clara e inequívoca.

A Câmara Municipal disponibilizará todos os meios logísticos, nomeadamente administrativos e técnicos, conducentes ao desenvolvimento do trabalho.

A aprovação da Proposta de Valorização Territorial do planalto das Cesaredas, aqui apresentada, deverá ser inscrita no plano de atividades e no orçamento municipal, referente ao ano de 2016, nos termos e condições previstos na lei.

Lourinhã, 24 de abril de 2015

Os signatários:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

PS - Partido Socialista

(José Tomé)

CDS/PP - Centro Democrático e Social/Partido Popular

(Paula Marinho)

CDU - Coligação Democrática Unitária

(José Soeiro)"

De seguida, entregou à Mesa as respetivas propostas e pediu que fosse distribuída uma cópia aos líderes de cada bancada.

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a Moção sobre os cuidados de saúde na Lourinhã e a Proposta relativa ao Planalto das Cesaredas irão ser discutidas na próxima sessão da Assembleia, entregando-se, na presente sessão, uma cópia aos respetivos líderes das bancadas.

Presidente da Câmara:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação à intervenção do membro Alexandre Maurício, sobre a reabilitação urbana, referiu que a AFCL teve a iniciativa de fazer, durante uma semana, uma ação sobre esta temática. Tem a certeza que irá trazer mais-valias. A Câmara está a acompanhar esta ação com alguns técnicos. Não teve a oportunidade de estar presente em algumas sessões, mas espera estar nos restantes dias. A Câmara está agora a terminar a revisão ao PDM. Assim, sobre a reabilitação urbana, irá também elaborar propostas e discuti-las no seio do Órgão Executivo. Depois trará uma proposta à Assembleia, com os devidos considerandos, sobre os benefícios da reabilitação urbana. Contudo, só depois de terem o PDM publicado, já com todos os indicadores, é que podem fazer um trabalho mais aprofundado sobre esta matéria. Mas, na sua opinião, a AFCL está a fazer um trabalho notável, caracterizando todos os fatores inerentes a esta temática. Pensa que servirá como base de trabalho para a Câmara desenvolver esta temática com as juntas de freguesias, envolvendo também a população. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho sobre os Moinhos Abertos, referiu que é a segunda edição e, na sua opinião, foi um sucesso. Teve a oportunidade de se deslocar a alguns Moinhos. Espera que esta ação continue no próximo ano. Destaca a visita que fez à Moita dos Ferreiros, pois abraçaram esta ação com entusiasmo, dado que estava no local uma senhora que fez uma explanação bastante interessante e pormenorizada sobre os moinhos. Aproveita para agradecer à Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros o convite que lhe endereçou. Em relação ao IMI, será a Sr.^a Vereadora Carla Custódio a prestar as devidas informações. Em relação à intervenção da

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

membro Filomena Frade sobre o Planalto das Cesaredas, referiu que se tratou de uma Assembleia extraordinária que a Junta de Freguesia do Reguengo Grande promoveu. Acha que correu muito bem, onde todos participaram, não só os membros, como também o executivo da junta de freguesia. Teve a oportunidade de estar também presente. Esteve ainda presente a membro Filomena Frade e o membro José Soeiro, assim como o técnico responsável pela Divisão do Urbanismo da Câmara. É através destas ações que se pode informar as pessoas, trazendo mais-valias para o Planalto e não só, também para outras atividades económicas do Concelho da Lourinhã. A membro Filomena Frade disse muito bem que as linhas de água têm que ser respeitadas. Portanto, este projeto só será aprovado se os pareceres forem todos favoráveis. Haverá exigências, não só em relação à lagoa, mas também em relação a todas as outras situações que implicam o respetivo dimensionamento, mediante os pareceres que irão ser elaborados, no âmbito deste processo. Como é sabido estão no Planalto os aquíferos que reforçam o abastecimento de água, não só no concelho da Lourinhã, mas também o abastecimento de água às Águas do Vimeiro. Portanto, a lagoa não irá precisar de projeto de impacto ambiental, mas o estudo a apresentar terá que ser muito próximo de um projeto de impacto ambiental. Em relação à intervenção do membro José Soeiro sobre a comunicação social, referiu que respeita a intervenção deste membro, mas não irá pronunciar-se. Relativamente ao estudo da APA, referiu que a APA está a elaborar uma carta cartográfica, a nível nacional, relativamente às zonas Inundáveis. Até à data foram apresentados 18 municípios. Este trabalho está a ser feito no âmbito do Decreto-lei 115/2010. Portanto, os Estados membros têm que elaborar e apresentar uma Carta Cartográfica à União Europeia. Assim, o Governo é obrigado a elaborar as referidas cartas, através da APA. Esta entidade já está a trabalhar nesta matéria e trata-se de um trabalho muito pormenorizado, pelo que, em 308 municípios, até agora só fizeram 18. Espera que esta ação também chegue à Lourinhã. É uma empresa que está a fazer este trabalho, contratada pela APA. Por outro lado, a Câmara está a rever o PDM, onde estão também contempladas as questões relacionadas com as inundações. Em relação à Carta Educativa, referiu que foi feita uma reunião aonde se tratou dos indicadores que estão a ser trabalhados neste momento. Irão brevemente afinar outros indicadores para que possam aferir as tendências que existem no concelho da Lourinhã. Depois terão a Discussão Pública, mas antes vão ter outra apresentação, no Salão nobre, para falarem sobre esta situação. Em relação à intervenção do membro José Tomé sobre o planalto das Cesaredas, trata-se de um trabalho a executar, bastante exaustivo e louvável.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Vereadora Carla Custódio:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação ao IMI, referiu que (como já foi falado numa reunião com os líderes de bancada e com o Presidente da Assembleia Municipal) esta assembleia aprovou uma redução de 10% nos prédios urbanos arrendados. Portanto, compete à Câmara dar cumprimento à deliberação, introduzindo os respetivos valores no Portal das Finanças. Mas, por lapso, foi introduzido de forma a que o sistema assumisse que o respetivo desconto recaía sobre todos os prédios urbanos. Quando tiraram o *print* dessa situação não estava visível, não aparecia lá e, portanto, ficaram descansados. Entretanto, em fevereiro, o funcionário das finanças Paulo Augusto contactou-a e comunicou-lhe que tinham lá notas de liquidação, e que nas mesmas estava contemplado 10% de desconto. Nesse mesmo dia a Coordenadora Financeira e o Chefe da DAG foram às Finanças falar com o referido funcionário. De seguida, comunicaram o lapso a Lisboa e lá disseram que ainda iam tentar corrigir, antes de sair as notas de liquidação. Mas, infelizmente, não foi possível. Estão cientes dos constrangimentos que esta situação pode causar às pessoas, como por exemplo, os casos onde as pessoas poderiam pagar em mais do que uma prestação e com o desconto têm que pagar numa prestação. Perguntaram se era possível, nessas situações e dado que o imposto é para a Câmara, as pessoas pagarem em prestações. Mas, disseram que não existe essa possibilidade, pois nas regras do IMI isso não está contemplado. Infelizmente a situação não está nas mãos da Câmara, porque senão era isso que a Câmara faria. E, por estarem preocupados com essa situação foi feita uma carta/declaração, um pedido de desculpa, que saiu no jornal Alvorada e que foi publicitada nas Juntas de Freguesia. Na referida carta/comunicado houve também a preocupação de informar as pessoas que teriam que pagar o diferencial dos 10%. Quando reuniu com os líderes de bancada e com o Presidente da Assembleia Municipal, foi estipulado que se fizesse um processo de averiguações. Entretanto, conversou-se com a Dr.^a Joana Roque Lino sobre esta situação, tendo a advogada da Câmara dito que os processos de averiguações são instaurados quando os factos são desconhecidos e quando há necessidade de se apurar as situações. Neste caso não é isso que acontece, pois sabem o que aconteceu. A Dr.^a Joana Roque Lino também disse que legalmente não há suporte para se fazer qualquer processo de averiguações, pois, como disse, sabem o que aconteceu e o lapso foi assumido. Também pediram às finanças que dessem, se fosse possível, uma estimativa do valor que a Câmara irá receber a menos. Mas as finanças não

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

emitem notas de liquidação inferiores a 10 euros e não conseguem dar essa estimativa. Agora também já ouviu falar em 90 mil euros. Mas isso é completamente impossível. Para isso era preciso que houvesse 9 mil casas onde o IMI fosse 99,90 euros ou menos. Têm no Concelho 25 mil casas, mas só no fim é que as Finanças conseguem dizer. Portanto, só têm que pedir desculpa pelo lapso cometido, mas também só não erra quem não faz.

João Ferreira:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que há uns dias atrás tiveram as comemorações do dia 25 de abril. Mas, o dia 25 de abril, na Lourinhã, passou quase despercebido. Contudo, foi graças ao 25 de abril que estão aqui hoje reunidos, exercendo a respetiva cidadania e a exercerem os seus direitos democráticos. Não queria deixar passar despercebido a comemoração desta data, que este ano celebrou 41 anos. Muito embora a situação externa seja preocupante com o terrorismo na europa, a imigração ilegal de refugiados políticos, da guerra e imigrantes económicos, um grande drama da europa. No dia 01.05.2015 vão comemorar o dia do trabalhador e deparam-se com este paradigma: têm trabalhadores qualificados em Portugal que não têm trabalho e têm um grupo de trabalhadores, mais concretamente, os Srs. Pilotos da TAP que numa forma quase abusiva prejudicam a economia de Portugal e põem em causa a continuidade da transportadora área de Portugal. Relativamente às notícias veiculadas acerca das Águas do Oeste, sabem que o Concelho da Lourinhã é sócio e faz parte das Águas do Oeste, prevendo-se que ficará incorporado numa grande empresa das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em que a sede será bastante longe. Queria saber qual é a posição da Oeste Cim sobre esta situação e também do concelho da Lourinhã. Em relação à intervenção da Sr.^a Vereadora Carla Custódio queria perguntar o seguinte: quando os serviços de autoridade tributária e aduaneira se depararam com este lapso por que razão a situação não foi resolvida a tempo? Portanto, a liquidação não estava feita, o liquidador tributário detetou o erro, porque não resolveram o problema.

Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros:

Após ter apresentado os eus cumprimentos, referiu que: *“no contexto da Semana da reabilitação urbana que está a decorrer, no périplo pela vila de Moita dos Ferreiros podemos constatar com diversas situações de prédios em ruínas, no centro urbano, autênticos matagais, criadores de bichos e depósito de resíduos que põem em causa a segurança e a saúde da população. Os mesmos estão referenciados há algum tempo junto dos serviços municipais. Partilho a inquietação dos moradores, alerta e insisto para a necessidade urgente da intervenção dos serviços da proteção civil. Sendo que o município tem conhecimento dos*

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

levantamentos já efetuados e preocupações da população, senti-me desagradada com a ausência de membros do executivo ou técnicos municipais. Em relação ao saneamento relembro e volto a insistir no troço de saneamento em falta no Casal Novo. Após longo tempo de espera e perante o pedido de informação da população residente em sessão pública da CML, gostaria de saber se há planeamento para a sua conclusão. Também queria deixar aqui o meu agradecimento ao senhor Presidente do Executivo pela sua presença no evento “Moinhos Abertos” na freguesia de Moita dos Ferreiros. Também queria agradecer a forma como nesta assembleia o Sr. Presidente da Câmara respondeu a um membro, pois enalteceu o trabalho desenvolvido nos moinhos da nossa freguesia, penso que se referiria à Fátima Nunes do Moinho do Boneco. Darei conhecimento à Fátima das palavras que proferiu”.

Mário Gonçalves:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação ao IMI e ao erro que se cometeu, na sua opinião os erros trazem sempre consequências, são desagradáveis, mas também têm que ter a inteligência de saber se é um erro provocado ou não, qual é a sua natureza e compreendê-lo. Também quer dizer que se pede um inquérito, entre outras coisas, mas não estão em campanha eleitoral. Não têm que justificar certas coisas mal feitas ou mal cometidas e pôr a culpa nos serviços. Possivelmente, como faz o Governo que comete muitos erros na Educação, na Justiça, etc, e põe a culpa nos serviços. Aqui na Câmara não existe essa necessidade. Há um erro que é compreendido, mas têm que pensar porque o erro aconteceu e não vê que seja assim tão grave como estão a querer relevar. Lamenta os constrangimentos que traz às pessoas, mas a gravidade não é assim tão exagerada que os obriga a copiar o modelo do Governo PSD-CDS. Não estão em campanha eleitoral, faltam mais dois anos, tranquilamente podem resolver esta situação com calma e serenidade. Queria também felicitar o 25 de abril, porque é uma data histórica, memorável, onde todas as mulheres e homens, democratas e livres, não podem esquecer. Não vai fazer um relato histórico do 25 de abril. Mas pode dizer que tinha como base, por exemplo, paz, pão, educação, saúde e liberdade e trabalho para todos. E isto estará a acontecer na verdade? Não está! Está tudo ao contrário neste momento. Outra coisa que o faz também pensar é o seguinte: o que é o Mais Lourinhã? Sinceramente não sabia o que era e agora no dia 25 de abril começou a compreender. Seria já um anunciado casamento que foi feito pela oposição ou melhor pelo Governo, através do Sr. Primeiro-ministro e pelo seu secretário Paulo Portas. Fizeram o respetivo anúncio com cravos, tentando, novamente, enganar o povo, que tão mal tratado e tão mal enganado tem sido. Será que este anúncio já teria a ver com o Mais

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Lourinhã. Pensa que sim! O Mais Lourinhã significa que isto iria acontecer. Então esta coligação tornou a mandar documentos para a Assembleia Municipal com o Mais Lourinhã, a aceitar esse casamento. Mas pensa que na Assembleia Municipal, felizmente, o CDS ainda não aceitou esse casamento. Não assimilou, felizmente. Continua, parece-lhe a si, em democracia.

José Monroy:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que leu no jornal Alvorada um comunicado com o título “Queremos melhor saúde no concelho”. Portanto, julga que este comunicado, que é do secretariado da concelhia do Partido Socialista (não vem assinado, mas é do Partido Socialista) poderia perfeitamente ser um comunicado do Partido Social Democrata, se isto fosse em 2010 ou 2011. O PSD poderia dizer, realmente, as mesmas coisas. Relembra a Dr.^a Ana Jorge que não vai, com certeza, desmentir, que a grande quebra de remuneração dos médicos aconteceu no tempo do Dr. Correia de Campos, quando fechou os SAP. Aliás, houve aqui uma manifestação onde estiveram presentes alguns autarcas, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara na altura. Relembra também que o grande “boom” de saída de médicos aconteceu durante o mandato da Dr.^a Ana Jorge, como Ministra da Saúde. Não por sua culpa, não a está a culpar, mas porque nessa altura houve outras formas de remuneração da reforma, cálculos da reforma, levando os médicos a sair. Foi nessa altura, como recurso, que foram contratos médicos estrangeiros. Portanto, esteve presente, nesta sala, numa reunião do plano estratégico sobre saúde e teve a oportunidade de dizer que era com tristeza que via os seus colegas irem embora reformados, quando não lhes eram dados incentivos para eles continuarem a trabalhar e eram substituídos por médicos que nem português sabiam falar. Isto hoje está-se a ver no que é que deu. Portanto, esta situação não deve ser encarada sob o ponto de vista político. Acha que, neste momento, a Câmara tem feito o possível, juntamente com a ACES, para resolver o problema. Mas não há é milagres. Não estão na Rússia onde dizem para os médicos irem trabalhar para um lugar sob pena de irem para a Sibéria. Aqui os médicos têm o direito de escolher o local para onde vão trabalhar. Portanto, as condições económicas, neste momento, de remuneração na saúde são más. A situação, em termos laborais, é realmente muito má e é mau não só para os profissionais que lá estão, mas também, principalmente, para os doentes. Todos querem melhor saúde para o Concelho e para o País. Há sítios bem piores neste país, com mais dificuldade em termos de desemprego. Isto deve ser olhado no seu conjunto e, em termos de ACES Oeste, há situações bem piores que na Lourinhã. Estão a tentar resolver o problema da Lourinhã. Vieram duas

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

médicas, mas uma estava grávida, foram apanhados de surpresa e, portanto, neste momento irá ter bebê, salvo erro, em junho. Assim recomeçará a trabalhar em Dezembro. Ela tem direito de estar grávida, concorreu e foi aqui colocada. Não há nada a fazer. Entretanto, havia um lugar por ocupar no USF D. Jordão e que foi ocupado por outra médica. Portanto, no fim de contas, dos 3 médicos que poderiam vir para a Lourinhã, vieram 2 médicos para a Lourinhã e a médica que veio para a USF D. Jordão entrou discretamente e lá conseguiram que viesse para a Lourinhã. Não está a dizer que as coisas estão bem, mas estão a tentar que as coisas se resolvam. Mas, claro que, a responsabilidade é da Direção do ACES. Na sua opinião, a Direção tem tido uma atitude de colaboração juntamente com a Câmara. Enaltece o esforço da Câmara nomeadamente no apoio à médica, pagando-lhe a renda da sua habitação. Portanto, acha que ir por aqui será má ideia. Quando ouviu falar sobre uma moção sobre saúde, ficou preocupado e pede que haja cuidado com o que se está fazer.

Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a sua intervenção irá cingir-se a 3 pontos muito específicos. O primeiro ponto tem a ver com as intempéries que têm surgido no Concelho da Lourinhã. E, no que diz respeito à freguesia do Vimeiro, pensa que desta vez não foi esta a freguesia mais afetada. Mas pede aqui um olhar sério, pois vão entrar numa época que, se calhar, é quando podem fazer algum tipo de prevenção para que não voltem a acontecer algumas situações. É muito complicado para as juntas de freguesias que o seu pessoal esteja constantemente preocupado com as limpezas. Deixa aqui um alerta, nomeadamente, que se faça esse diagnóstico, porque está na altura de ser feito. A junta de freguesia, juntamente com o executivo, já identificou alguns pontos. Deixa aqui outro alerta, mais concretamente, será necessário sensibilizar os proprietários (e isso deverá ser feito através da câmara) para que tenham em atenção as linhas de água e os seus terrenos, no que concerne à manutenção e à limpeza, pois isso não tem acontecido. Os proprietários, hoje em dia, não têm nenhum cuidado em relação a esse aspeto e a penalizada é sempre a parte pública. Em relação a este tema, quer deixar outro alerta ao Executivo. Portanto, nesta questão não foi ainda abordado o Rio Alcabrichel. Este rio, neste momento, está a ganhar areias, ou seja, está a ficar sem escoamento de águas. Isso também é penalizador e tem implicações para a freguesia do Vimeiro. Assim, dever-se-á diligenciar no sentido de suprir esta situação. O segundo ponto tem a ver com a educação na freguesia do Vimeiro. Para a freguesia do Vimeiro, como todos sabem, foi prometido, há 10 anos, a construção de um Pólo Educativo. Contudo, nada foi feito. Os Executivos da Junta de Freguesia e da Câmara têm-se

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

empenhado fortemente para evitar o encerramento da escola. Quer alertar para a urgência de uma intervenção naquela escola, porque tem características específicas. Estão no limite do concelho, e as pessoas foram habituadas a uma promessa de 10 anos, pelo que começam a ficar cansadas. No que se refere à penalização do possível encerramento desta escola preconizado na apresentação da Carta Educativa, pois prevê-se a perda de alunos, quer ao nível do 1º Ciclo, quer a nível de 2º e 3º ciclos, referiu que, neste momento, ao contrário do que existiu, a escola de Ribamar tem muitos alunos da freguesia do Vimeiro, que podiam frequentar a escola do Vimeiro e assim evitar-se o encerramento. Portanto, será um retrocesso nesse capítulo, no seu entender e no entender da freguesia do Vimeiro. Assim, quer alertar para essa urgência de intervenção. Por fim, quer enaltecer a exposição que foi inaugurada no dia 25 de abril no Centro de Interpretação. Quem não esteve presente, mesmo já conhecendo o Centro, acha que vale a pena lá voltar para visitarem essa exposição.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que as chuvas que se fizeram sentir de 25 para 26 de abril verificaram-se, maioritariamente, na freguesia de Santa Barbara. Andou, provavelmente, perto dos 30 milímetros, entre as 23,30 horas e a 01,00 hora. Ficaram com problemas em habitações e com muitas estradas intransitáveis. Houve espaços públicos que ficaram danificados ou completamente tapados com as enxurradas. A situação foi algo caótica. É importante pensarem todos em conjunto sobre como vão enfrentar o futuro. Todos lembram-se que isto começou há poucos meses. Em setembro tiveram uma situação e em dezembro aconteceu outra situação. Na freguesia há poucas semanas tiveram mais uma, embora não tão grave. No fim de semana voltaram a ter mais uma situação. Ou seja, no espaço de poucos meses verificaram-se 4 situações de intensidade elevada da pluviosidade. O que é importante fazer? Algumas coisas são importantes! Para além da sensibilização de que falou o Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro, pensa que é importante (e já se falou várias vezes com o Executivo da Câmara sobre isso) providenciar a revisão do Regulamento de Posturas Municipal. O mesmo deverá ser atualizado, aprovado e posto em prática, de modo a que as pessoas comecem, uma vez por todas, a cuidar dos seus terrenos e a não esperarem que sejam as juntas de freguesia ou a Câmara a fazê-lo. Portanto, os proprietários devem tomar conta daquilo que também os afeta. Por outro lado, existem situações complicadas nas estruturas das águas pluviais. Muitas delas foram identificadas em setembro, o executivo tem conhecimento. Voltam a ser reincidentes cada vez que o aumento da chuva acontece. Já que se está a trabalhar no PDM, pede especial atenção para que não aconteça o que aconteceu

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

durante muitos anos, mais concretamente, aprovou-se, por várias razões, muitas casas, muitas construções em cima ou logo encostadas a linhas de água. Isto implicou que o curso de água fosse desviado e agora estão a surgir alguns problemas. Pensa que será importante pensar-se nesta situação. Agradece a disponibilidade que os Bombeiros Voluntários tiveram em os ajudar. Também a ligação que tiveram com o Vereador Vital do Rosário. De qualquer modo, sentiu que não foi suficiente. Sentiram-se um pouco desamparados, mesmo assim, ao longo destes dias. É pouco, colocaram todos os meios que a freguesia tem disponível, mais concretamente, máquinas e 2 homens, desde a madrugada de domingo. Mas sentiram um pouco a falta de apoio da Câmara. Não totalmente, como já disse, mas sentiram que foi pouco. Sabe que a Câmara também está com dificuldade no tocante a recursos humanos, mas é importante terem mais apoio. Considera que se a situação fosse na Lourinhã o apoio teria sido diferente.

Ana Jorge:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que pediu para intervir uma vez que foi mencionada pelo membro José Monroy. Foi mencionada face às funções que desempenhou e pela sua ligação à saúde. Portanto, relembra o seguinte: estão no mês de abril e este mês tem muito significado, pois foi neste mês que foi devolvida a liberdade aos portugueses e consignou a todos o direito à saúde e a saúde para todos. Em relação à intervenção do membro José Monroy, não percebeu bem quando falou sobre a “melhor saúde no Concelho”. Portanto, todos desejam isso, pensa que é transversal a todas as pessoas e a todas as áreas políticas. Já aqui, noutra altura, lembrou que aquilo que têm conseguido na saúde dos portugueses, foi feito ao longo dos anos e foi feito, alternadamente, pelos partidos que estiveram no governo, nomeadamente entre o PS e o PSD. Muitas das conquistas da saúde foram mantidas exatamente porque se mantiveram algumas das políticas em saúde e que são importantes e transversais. Portanto, é algo que foi conseguido por quem assumiu em muitas alturas a pasta da saúde. Por isso, quando é referido que os SAP que encerrou não é um exemplo de boa saúde ou de melhor saúde (pensa que não foi isso que o membro José Monroy quis referir), mas quer dizer que defendeu nesta casa o encerramento do SAP no Centro de Saúde da Lourinhã, com base nas razões que apresentou devidamente na altura. Contudo, a reforma, ao nível da saúde, que estava em curso foi parada face à conjuntura económica. Mas não é só isso, pois muito tem a ver com posições e por opções em relação àquilo que se considera que é o direito à saúde e que foi considerado no programa defendido pelo Governo, que está neste momento em funções e que assenta em serviços mínimos no

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

serviço nacional de saúde. É com base nisso que o Governo tem agido. Portanto, é nesse sentido que se tem assistido à redução da capacidade do SNS em responder e de manter a saúde para todos e com cuidados de saúde de qualidade. Muitas das reformas, relativamente aos cuidados de saúde primários, foram relentadas quando este Governo tomou posse, relativamente às USF (que tanto são aqui faladas), tendo sido reduzida a capacidade de implementação das mesmas. Também os cuidados continuados pararam durante muito tempo e a reforma hospitalar nem falar. Se recordarem aquilo que aconteceu nas reportagens televisas (não só em relação aos hospitais), o que mais lhe doeu foi ter observado a postura de um colega médico (que é Secretário de Estado da Saúde) perante o cenário que foi dado a conhecer. O mesmo considerou que aquilo era positivo nas urgências hospitalares. Isto é profundamente lamentável. Não pode aceitar que um médico tenha aquela postura, mesmo que seja Secretário de Estado da Saúde. Portanto, é disto que estão a falar, mais concretamente, o que está a acontecer na saúde neste País. Em relação ao que se passa no Concelho, gostava de colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Depois o mesmo responderá quando lhe for oportuno. Portanto, têm vindo a assistir a alguma confusão em relação à manutenção dos cuidados de saúde do Concelho, face às informações que lhes são dadas. Embora na Informação Escrita indique que irá haver uma reunião em julho para monitorizar a situação, pergunta se há alguma novidade entre este intervalo, nomeadamente, se tem conhecimento dos resultados dos concursos da medicina geral e familiar. Lembra que em julho ou em setembro do ano passado, no âmbito do concurso realizado, foram desviados médicos que vinham para a Lourinhã para outro concelho do ACES. Foi claro que isto aconteceu. Do atual concurso não tem nenhuma informação de como estão a decorrer. Portanto, é fundamental saber se não vai acontecer o mesmo que no ano passado. Portanto, considera que a confusão em volta desta matéria é total e completa. Na sua opinião, é de propósito para confundir as pessoas. É necessário que estas questões sejam clarificadas e, por isso, solicita as respetivas informações sobre esta matéria.

José Monroy:

Referiu que o último concurso previa 3 vagas para o ACES Oeste Sul. Portanto, o último concurso para recrutamento de 200 médicos, concorreram 60 e foram colocados 9. Como se vê as coisas não são fáceis. Assim, dos 3 que estavam para vir, vieram 2 médicos.

Paula Marinho:

Referiu que irá falar de uma questão que lhe parece que preocupa muito alguns membros da bancada do PS, cujo tema tem a ver com casamentos, divórcios e porventura batizados. Se as

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

siglas que surgem por vezes são apresentadas sem o conhecimento do CDS e que saiba, porventura são. Mas também não sabem se é dado tempo aos vereadores para poderem decidir com tempo e por forma a reunirem atempadamente com o CDS. Se as coisas poderiam correr melhor, certamente que podiam, como, aliás, acontece em qualquer relacionamento, seja ele profissional ou pessoal. Mas também não deixa de ser estranho que na assembleia municipal o Presidente da Mesa tenha sido tão inequívoco com a definição dos grupos e, depois, no Executivo não se perceba o que querem. Já vão para 2 anos em que andam preocupados se há casamento ou se há divórcio. Se lhes preocupa tanto esta temática, se calhar, é melhor abrirem uma agência de aconselhamento matrimonial. Pode garantir que, pelo menos, por ora não precisará de lá ir. Sabe qual é o seu papel e a sua incumbência. Por outro lado, quando o CDS apoia alguma proposta da bancada do PS, o PSD nunca fez e poderia, segundo a postura do PS, questionar o mesmo. É verdade, manifestaram-se com algum desagrado no jornal local, se bem que o sentimento de mágoa e tristeza não tenha sido repostado na íntegra à população, sempre foram, verdade seja dita, mais originais. Mas o que se pode concluir, e seguindo a linguagem da bancada do PS, é que, parece-lhe, dá jeito à bancada do PS ir tentando manter no ar esta telenovela inexistente. Quem sabe para andar aqui a perder tempo com burocracias e não ter tempo para fazer o que interessa, que é ver o que se anda a fazer e se está a ser bem feito. Ora, como diria um padre, falando de forma *casamentesca*, se aceitaram as declarações de voto deste casamento em reuniões de Câmara então calem-se para sempre. Relativamente às questões que fizeram também na última Assembleia sobre o que fazem de construtivo, só pode aconselhar e porque quer dar tempo ao seu colega e membro da Assembleia Dr. Nuno Sampaio, que se aconselhe, que tenha prudência e que se fundamente antes de falar, e que fale com o Executivo e com algumas juntas de freguesia.

José Soeiro:

Referiu que pensava não intervir mais neste período, mas o membro José Monroy, que é médico, falou da Sibéria, assim quer lembrar este membro que a médica que está cá veio de Cuba. Portanto, o que é objetivamente verificável é a destruição do Serviço Nacional de Saúde. Basta olhar para as urgências. Deviam estar preocupados porque já faleceram pessoas da Lourinhã por não terem tido os cuidados suficientes. Foram para Peniche, mas depois não houve capacidade para encontrar os elementos de diagnósticos suficientes, que era em Caldas da Rainha. Esta situação está relatada no jornal. Portanto, quando chegam aqui calmamente e dizem que está tudo bem, isso não corresponde à verdade, pois não está

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

tudo bem. Está-se a voltar ao tempo do Ministério da Saúde e Assistência, porque, pode dizer, qualquer indivíduo, por exemplo, da Medicare vai descobrir que há mais serviços e mais valências em toda a área privada que existe no concelho, do que no Centro da Saúde da Lourinhã. Portanto, esta é a realidade local. Por isso é que manifestou agrado pela iniciativa promovida no Reguengo Grande, pois, fora esta iniciativa, ninguém se preocupa em verificar qual a situação dos idosos isolados que existem neste concelho, especialmente quando os ativos emigraram para o estrangeiro, a pedido do Sr. Primeiro-ministro e por necessidade própria.

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção do membro João Ferreira, sobre o 25 de abril, a nível comemorativo, referiu que realizaram-se as atividades desportivas como é habitual. Foi ainda inaugurada uma exposição no Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro. Quem tiver disponibilidade vale a pena ir ver esta exposição sobre a Batalha do Vimeiro, que veio enriquecer os conteúdos do respetivo centro. Há noite realizou-se uma peça de teatro do Grupo TAMAL, e na Moita dos Ferreiros houve uma noite de fados. Em relação à Águas do Oeste há ainda uma grande discussão à volta desta matéria. O Ministro Jorge Moreira da Silva já decidiu, mas os municípios ainda não aceitaram. Portanto, há coisas ainda para aferir, mais concretamente, foi dito que as águas na zona Oeste não iriam sofrer aumento, mas verificou-se esse aumento e com retroativos desde janeiro. Portanto, foi dito uma coisa e depois fez-se outra. Esperam que com a assinatura, se vier a acontecer, que o compromisso assumido seja respeitado, pois a região do Oeste quer baixar ao valores da água em alta. Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros, sobre o levantamento das ruínas, concorda com a respetiva intervenção. O PDM irá dar matéria-prima, com a colaboração das juntas de freguesia e todo o trabalho que a AFCL está a fazer. No âmbito da iniciativa da reabilitação urbana, promovida pela AFCL, considera que se tratou de uma boa ação, embora não tivesse podido estar em todas. Mas dá os seus parabéns à direção da referida Associação, pela realização desta iniciativa. Em relação à intervenção do membro Mário Gonçalves, sobre o IMI, referiu que hoje esteve com a Chefe da Repartição de Finanças e com o funcionário desta repartição Paulo Augusto e verificou que eles fizeram tudo para se minorar esta situação. Neste momento, não se consegue calcular os valores, embora nas finanças entendam que se trate de valores baixos. Em novembro já se terá informação dos valores em causa. Existem também isenções técnicas, mais concretamente, IMI abaixo dos 100 euros e que as Finanças não cobram, que anda à volta de 5.000,00 €. Mas quer dizer que têm a

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

máxima confiança nos serviços e nos técnicos da Câmara e reconhecem o valor acrescentado do trabalho que desenvolvem no município. O erro que cometeram foi reconhecido, mas ir-se-á ainda averiguar se o erro foi só da Câmara ou também das Finanças. Para o próximo ano tem conhecimento que, eventualmente, ir-se-á criar um modelo diferente, no qual não se sabe ainda quem irá introduzir os dados, se a Câmara ou se as Finanças. Em relação à intervenção do membro José Monroy, sobre a saúde, referiu que, foram, efetivamente, elementos do Partido Socialista que assumiram a referida intervenção. Saiu no jornal “Correio da Manhã” que a Lourinhã iria ter rapidamente uma nova Unidade de Saúde Familiar, mas, sendo ano de eleições, é hábito surgirem estas notícias. Como é sabido, integra o Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul e, nessa qualidade, esteve na primeira reunião, acerca de 8 dias, onde tomou posse. Os outros concelhos representados são Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Cadaval. Nessa reunião esteve presente também o Vice-presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Luis Pisco, que apresentou o planeamento para os anos de 2015 a 2020. Fica feliz se assumirem toda a estratégia que foi apresentada. A colocação de médicos tem sido a pior situação, mas será o concelho da Lourinhã o primeiro aparecer no referido planeamento, no âmbito do ACES Oeste Sul, com vista à criação de mais uma USF, designada por D. Sebastião. Pretende-se ainda manter as extensões existentes no Concelho. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro, sobre as intempéries, referiu que esteve nos locais, no dia da ocorrência, e verificou a situação “in loco”. No futuro, na sua opinião, ter-se-á que agir doutra forma, isto é, constituindo uma equipa específica para fazer logo as primeiras intervenções. Sobre a Carta Educativa, está a decorrer a elaboração do Relatório. Tem conhecimento que, no âmbito da Oeste CIM, o município da Lourinhã irá ter cerca de 1.400.000,00 € para investir em escolas. Os resultados da Carta Educativa irão dar, certamente, indicação do investimento na escola do Vimeiro, assim como em outras no concelho. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, sobre as intempéries, referiu que acompanhou esta situação e tem conhecimento que o Presidente da Junta também acompanhou o trabalho que se realizou. A nível do PDM os procedimentos necessários estão a decorrer e antes de ir para a discussão pública, passará pela Câmara e pela Assembleia. Depois, será amplamente divulgado na fase da discussão pública, possibilitando a sua consulta, tendo em vista a apresentação de sugestões, reclamações, etc. Pensa que na próxima semana já poderá dar dados mais concretos relativamente a esta matéria. Em relação

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

às intervenções dos membros Ana Jorge e José Soeiro, sobre a saúde, já falou sobre esta matéria.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO DO PÚBLICO

Luis Gomes da Cruz:

Começou por referir que, em relação ao sucedido com a liquidação do IMI, são responsáveis o Presidente da Câmara, a Vereadora do Pelouro, o Diretor de Serviço e a funcionária administrativa. O impacto inicial seria de 400 mil euros. Dizem agora 100 mil euros, após a correção final. Consideram que é um valor reduzido, mas o dinheiro não é deles. Entretanto, o grau de responsabilidade não pode ser acometido de forma igualitária aos referidos responsáveis. Portanto, em relação ao IMI aconteceu o expetável e inevitável, uma enorme barraca com consequências irreversíveis. Mais grave ainda uma injustiça social perante os cidadãos abrangidos (uns são beneficiados outros prejudicados). Agora, querem atribuir responsabilidades a um erro informático. Portanto, pede que sejam sérios e honestos e que assumam o erro e promovam uma auditoria administrativa. Julga que a Sr.^a Vereadora não pode ser exonerada, mas se for séria e honesta demite-se. Ficar-lhe-ia bem e o povo que votou nela ficaria grato. Também considera que processo relativo à medicina do trabalho foi mal conduzindo, e houve negligência grosseira.

Fernanda Marques Lopes:

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro, sobre o Pólo Escolar, quer dizer que não podem deixar que aquele projeto, em que alguém ganhou dinheiro com a sua elaboração, fique apenas no papel, pois seria lamentável. Depois referiu que concorda com a membro Paula Marinho, mas não deixa de ver o ponto de vista do membro Mário Gonçalves. Mas, acha que não interessa nada estar aqui a discutir se há coligação ou não, acha que o conteúdo é o mais importante. As pessoas vêm cá para ouvir falar de coisas sérias, que lhes interessa e que lhes afeta no seu dia-a-dia e não de tricas políticas. A coligação foi extinta após o ato eleitoral, existem agora 4 grupos na Assembleia e o Grupo do CDS tem defendido muito bem as suas propostas. Agora, se vai haver coligação no futuro, isso não é relevante, atualmente, para esta Assembleia. Relativamente ao alargamento do cemitério de Santa Bárbara, gostaria de saber sobre o ponto de situação. Nesta Assembleia ainda não ouviu nenhuma consideração a esse respeito. Sabe que existe agora um outro

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

terreno, de outro confinante, que também está interessado em vender e crê que pelo mesmo valor. Talvez esta situação deveria ser ponderada para se apurar o que melhor serve, por um lado os interesses da freguesia, que não pode, obviamente, deixar de ficar sem o seu espaço de cemitério alargado. Por outro lado, também não acicatar o conflito que já existe com a vizinhança do terreno, onde se pensa neste momento fazer o alargamento. Gostaria de saber quais são as diligências que existem neste sentido, se existe alguma promessa já escrita, algum contrato de promessa de compra e venda, etc. Gostaria de referir que em assembleias anteriores interveio sobre este assunto e gostava de obter uma resposta. Sabe que isto é o período de intervenção do público, que não é tão apetecível como o período de intervenção dos autarcas, porque a assembleia municipal é por excelência dos autarcas, para discutir as matérias. Mas, também é importante não se descurar os assuntos válidos e sérios que o público traz. Gostava que isto não caísse em saco roto e não fosse uma monologa. Na ficha de inscrição colocou, como é pedido, o seu contato, assim solicita que, quando oportuno, lhe dessem a devida resposta.

Zeferino Nascimento:

Referiu que iria falar sobre a democracia, liberdade e o 25 de abril: *No 25 de abril cabem todos, cravos vermelhos ao peito a muitos fica bem, sobretudo faz jeito a certos filhos da mãe.* Isto é verdade cada vez mais. É também com tristeza que vai aqui lembrar uma entrevista com 83 anos do Dr. Salazar: *“Há que regular a máquina do Estado com tal precisão que os ministros estejam impossibilitados, pela própria natureza das leis, de fazer favores aos seus conhecidos e amigos”.* Também em 1973, há 42 anos, lamentavelmente, irá ter que recordar palavras do Professor Marcelo Caetano: *“Em poucas décadas estaremos reduzidos à indigência, ou seja, à caridade de outras nações, pelo que é ridículo continuar a falar de independência nacional. Resta o Sol, o Turismo e o servilismo de bandeja, a pobreza crónica e a emigração em massa”.* Veremos alçados ao Poder analfabetos, meninos mimados, escroques de toda a espécie que conhecemos de longa data. A maioria não servia para criados de quarto e chegam a presidentes de câmara, deputados, administradores, ministros e até presidentes de República”. Pasmou-se e depois lembrou-se das palavras de José Saramago (o único prémio nobel português a que o atual Presidente da República nunca fez qualquer referência): *“Em Portugal, não há Direita, não há Esquerda, não há Centro, há sim um grupo de salafários que se alternam nos Governos, para ver quem Rouba mais”* Isto vem a propósito que, hoje em dia, neste país, parece que só há uma pessoa que alegadamente roubou na qualidade de político, mais concretamente, o número 44 de Évora.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Mas está convencido se passar o tempo, se forem mexer bem lá na massa, isto vai dar uma terrível panorâmica para os vindouros. Vai aqui aconselhar a todos desta assembleia que leiam o livro “Impunidade” da Virgínia Lopez, que começa precisamente nos sobreiros, passa pelo BES, passa pelos submarinos, passa por tanta coisa. Felizmente na Lourinhã ainda não têm isso. Espera que isso nunca possa vir a suceder. Termina dizendo o seguinte: parece que fez aí cócegas ou anda a fazer cócegas o ponto que a seguir vai ser discutido, votado e, eventualmente, aprovado, mais concretamente, o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã. Ainda bem que vai, há muito tempo que deveria existir o dito regulamento. Veio para a Lourinhã em 2006, não precisou de projetos, comprou uma casa modesta, não precisa e nunca pediu nada para si. Portanto, acha que as duas primeiras medalhas do concelho têm que ser, e devem ser para (até para colmatar uma lacuna que também há pouco tempo aqui referiu) o atual Presidente da Assembleia Municipal, Sr. José Manuel Dias Custódio e para a Dr.^a Ana Maria Teodoro Jorge, que, na sua opinião, foi a última grande ministra que tiveram na saúde. O resto foi uma desgraça. Chamem-lhe o que quiserem, mas é e será sempre assim.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que chegou à Mesa uma Proposta do Executivo com a seguinte designação: **“ISENÇÃO DE TAXAS, SOLICITADA PELA ADL (ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA LOURINHÃ), REFERENTES À LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO EXPO LOURINHÃ – ADL 2015”** Assim, pediu à Assembleia Municipal que a respetiva proposta fosse admitida em Extra-Agenda. A Assembleia aprovou, por unanimidade, admitir a referida proposta em extra-agenda, tendo a mesma ficado como Ponto XII – Proposta nº 20.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“CONVOCATÓRIA

*Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), do nº 2 do art.º 8º do Regimento, convoco a Assembleia Municipal para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia **29 de abril de 2015 (quarta-feira)**, pelas **21.00 horas**, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça José Máximo da Costa, da Vila da Lourinhã, que se iniciará com os Períodos de Antes da Ordem do Dia e de Intervenção do Público, seguidos da apreciação da Ordem de Trabalhos.*

Lourinhã, 21 de abril de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal
(José Manuel Dias Custódio)

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Nota: A Ordem de Trabalhos e a respetiva documentação seguirão posteriormente.”

“SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ, A REALIZAR NO DIA 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, PELAS 21,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, COM A RESPETIVA:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO I - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente do Executivo, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do nº. 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea c) do nº 2 do artigo 3º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã; (* Classificação – B);*

PONTO II – *Proposta 11 - Apreciação da proposta relativa ao "Relatório Trimestral de Execução do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), referente a setembro 2014", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – D);*

PONTO III – *Proposta 12 – Apreciação da proposta relativa ao "Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano financeiro de 2014 (Em anexo Relatório Anual / Execução do Plano de Saneamento Financeiro e Execução do PAEL, por força do disposto no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, e nos termos do n.º 7.º, artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, conjugados com o n.º 7.º, do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; e com a alínea a), do n.º 1 e n.º 2, do artigo 12.º, da Lei 43/2012, de 28/08)", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – B);*

PONTO IV – *Proposta 13 – Discussão e votação da proposta relativa à "Revisão n.º 1 às Grandes Opções do Plano, relativo ao Ano Financeiro de 2015", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

PONTO V – *Proposta 14 – Discussão e votação da proposta relativa à "Revisão n.º 3 ao Orçamento, relativo ao Ano Financeiro de 2015", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

PONTO VI – *Proposta 15 – Discussão e votação da proposta relativa à "1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2015", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

PONTO VII – *Proposta 16 – Discussão e votação da proposta relativa à "Designação de Júri para Procedimentos de recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia para: DOTUA; CAS; COM; CIS e CMA", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

PONTO VIII – *Proposta 17 – Discussão e votação da proposta relativa à "Aquisição de combustível rodoviário a granel – Autorização Prévia para assunção da despesa", nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);*

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

PONTO IX - Proposta 18 – Discussão e votação da proposta relativa à **”Contratação de Assistentes Operacionais para a Coordenação da Educação”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D);

PONTO X – Proposta 19 – Discussão e votação da proposta relativa ao **”Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã “**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – C);

PONTO XI – Para Conhecimento - Informação n.º 08/2015, de 06/04 da Coordenação Financeira - relativa à **”Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 03 de fevereiro a 01 de abril de 2015”**, nos termos da **Informação em anexo**;

Lourinhã, 23 de abril de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Dias Custódio)

***Nota:** *Classificação de Tempo.”*

PONTO I - Apreciação da **INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO**, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã.

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que consta na Informação Escrita que foi concluída, através do Gabinete de Apoio ao Empresário, a candidatura à 1ª fase de pré-qualificação, no âmbito do Concurso n.º 02/2014, em parceria com o Município de Torres Vedras, para a criação de GAL – Grupo de Ação de Local (ECOMAR), tendo em vista a gestão de uma DLBC-Costeira. Também a Junta de Freguesia de Ribamar apoia a criação de uma DLBC Costeira e a constituição do Grupo de Ação Local Ecomar, porque confiam que o seu objetivo será apresentar projetos, a tempo e horas, para candidaturas a fundos europeus para a orla costeira do município da Lourinhã, com base nas potencialidades naturais que o litoral do concelho oferece, considerando as características próprias e as condições de cada uma das freguesias do litoral, nomeadamente da freguesia de Ribamar e da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, visando a promoção do potencial turístico e, conseqüentemente, o

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

desenvolvimento sustentado a nível económico, cultural e social. Também pergunta se existe alguma novidade para esta assembleia sobre o processo da pretensa criação da DLBC Costeira dos municípios de Lourinhã e de Torres Vedras.

Paula Marinho:

Relativamente ao Portugal 2020, na página 1 e 5, gostava de saber quais são as estratégias que a Câmara tem para o tecido empresarial e comercial, ou seja, para que as forças vivas do Concelho da Lourinhã também possam aproveitar estes fundos. Relativamente ao Salão Internacional do Setor Alimentar e das bebidas, queriam saber se a Câmara tem alguma estratégia comum ou se pretende fazer alguma coisa com outros municípios, como por exemplo, Peniche e Óbidos, que foram os mais evidentes até a data e que, no caso deles, não esperaram por ninguém na defesa dos seus interesses económicos. Relativamente ao Centro de Saúde da Lourinhã, a sua intervenção e a sua dúvida vai de encontro com aquilo que a Dr.^a Ana Jorge disse, mais concretamente, se a reunião for em julho se não será tarde e se esta eventual abertura da unidade de saúde não poderá vir influenciar o encerramento das extensões. Relativamente aos assuntos sociais, queriam saber o seguinte: se existe alguma estratégia que coordene os diversos canais de ajuda às famílias, por forma a não haver deficit ou excessos. Se existem já, por exemplo, reuniões periódicas do CLAS, entre todas as associações do concelho e se existem também dados estatísticos atualizados referentes, por exemplo, à ação social e à saúde, entre outros. Até porque esses dados são necessários para corroborar eventuais candidaturas. Por fim, relativamente às contas do mês janeiro ao mês abril, segundo lhes pareceu, a receita ronda os 4.500.000,00 €, e a despesa cifra-se nos 5.400.000,00 €, ou seja a dívida ronda os 600.000,00 €. Continua a não ser possível a bancada do CDS comparar se estão no Plano ou não. Não está a dizer que se está mal, mas querem saber é se estão no Plano, porque a taxa de execução é calculada no valor total do ano. A última dúvida é: o que são os 95.000,00 € de despesa para as Associações de Municípios.

Filomena Frade:

Referiu que é com agrado que vê que há informação sobre o Planalto das Cesaredas na DOTUA, com o levantamento dos sítios arqueológicos e das grutas. Parece que finalmente a questão do Planalto se está a tornar numa questão transversal e consensual nesta Assembleia, entre todas as bancadas. E, é efetivamente com satisfação que ouviu a proposta apresentada anteriormente. Quase que até poderia aqui refazer o título do seu artigo de opinião, já que ele foi aqui referido e pode dizer que é com verdadeira satisfação que esta

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

bancada ouviu a proposta. Claro que irão analisar, não vêm nenhuma objeção em apoiar e chegar a este consenso que o Planalto deve ser olhado como um conjunto e como um território importante do concelho. Mas continua a manter a parte do sem surpresa, porque é efetivamente sem surpresa, pois não é a primeira vez que esta bancada traz ideias, propostas e sugestões a esta assembleia, que são rejeitadas. Mas, depois são apresentadas propostas parecidas. O que a leva a concluir que o que está causa não é a ideia, não é a proposta, é a final de contas só quem as apresenta. Mas, acima de tudo, estão um passo à frente e têm um ponto positivo. Espera que daqui para a frente o trabalho seja profícuo no sentido do planalto. Outras questões que tem sobre a informação escrita tem a ver com o Centro Temporário de Resíduos, portanto, tem algumas reservas sobre aquele espaço e até sobre a forma como está a ser gerido. Mas também não tem muita informação e, portanto, para já, gostaria apenas de perceber quão temporário é, e quem está a fazer a recolha final daqueles resíduos. Aqueles resíduos serão recolhidos por quem e serão entregues a quem? Viu também uma informação, pensa que no urbanismo ou no ambiente, sobre a recuperação ambiental do cordão dunar da Praia do Areal. Também gostaria de perceber que recuperação ambiental é esta, se é alguma intervenção de fundo, se é retirar o tout-venant e fazer a recuperação da zona de dunas.

Joaquim Simões:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, no âmbito da revisão da Carta Educativa, consta na Informação Escrita a realização de uma reunião onde foram apresentados os dados e os indicadores que dizem respeito à fase 1 e 2 da respetiva Revisão da Carta Educativa. Assim, queria colocar uma questão muito concreta e para si preocupante, ou melhor dito, dessa reunião e dos indicadores que lhes foram fornecidos, foi assaltado por muitas e graves preocupações. Também lançava o desafio ao Sr. Presidente da Câmara para os inteirar das eventuais preocupações que tem em relação aos indicadores que lhes foram facultados nessa reunião. Ficou deveras preocupado, saber (aliás, esse dado vem já há algum tempo) que o concelho da Lourinhã tem uma taxa de analfabetismo superior à média da região Oeste e à média nacional. Ficou também muito preocupado em saber que a taxa de escolarização no concelho da Lourinhã fica abaixo da média nacional e da região do Oeste, assim como a nível da escolarização do ensino secundário. Outra situação preocupante e acha que isto deve preocupar a todos, tem a ver com estratégias para inverterem esta situação, que é a situação da retenção ou do insucesso escolar no concelho da Lourinhã. Esse sucesso é inferior à média da região oeste e a nível nacional. Tudo isto configura uma situação que deve preocupar a todos e acha que todos devem reunir esforços, debater ideias e arranjar

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

propostas muito concretas para inverter esta situação. Como é óbvio, também não concorda com algumas decisões da política nacional, do Ministério da Educação, a começar, por exemplo, pelo número de alunos por turma. Obviamente que um elevado número de alunos nas turmas não constitui um bom contexto de aprendizagem e, por consequência, não promove o sucesso. Mas não nos podemos refugiar nisso, uma vez que os outros concelhos da região Oeste e a nível nacional têm uma taxa de sucesso superior à do concelho da Lourinhã. Lamentavelmente, o concelho da Lourinhã tem uma taxa de sucesso escolar e uma taxa de escolarização inferiores à média da região Oeste e à média nacional. Repito, esta situação deve merecer a atenção e a preocupação de todos e levar a uma congregação de esforços e a um debate sério e profundo sobre esta problemática. Faz votos para que a revisão da Carta Educativa os ajude, eventualmente, a ultrapassar estas situações de modo a que o concelho da Lourinhã inverta este cenário. Já agora, gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara partilha destas preocupações ou não.

Vereador Fernando Oliveira:

Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar, sobre a DLBC Costeiros, referiu que a mesma passou à 2ª fase. Portanto, foi aprovada a passagem à segunda fase e, deste modo, vai decorrer, a partir de agora, toda uma recolha junto dos promotores que consubstanciaram esta candidatura, junto de todos os parceiros que assinaram e outros que se venham juntar agora à candidatura. Portanto, será feito o levantamento desses projetos e a definição desses objetivos. É uma primeira etapa, nada está garantido, nada está ganho, é apenas uma primeira etapa. Mas, congratulam-se com a passagem à 2ª fase, que é de facto positivo. De qualquer modo, há um caminho a percorrer e há um trabalho ainda a fazer. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, sobre o SISAB, trata-se de um certame extremamente caro e por isso toda a representação tem sido consubstanciada no âmbito da Oeste CIM. Ou seja, todos os municípios têm estado lá presentes, mas através da Oeste CIM, levando para o Stand da Oeste CIM alguns produtos do seu concelho. A Lourinhã tem a aguardente, pastéis, as abóboras, etc, para apresentar os produtos representativos do concelho. Do ponto de vista da Câmara, vão estar, por exemplo, na feira de Madrid, em final de outubro, com 3 empresas do Concelho da Lourinhã. Foram as empresas que se mostraram interessadas, após uma reunião alargada com várias outras empresas, estando já formalizado o espaço. A autarquia vai apoiar em 50% o custo da presença na feira, mais concretamente, o custo logístico do espaço. As empresas asseguram os restantes 50% e os custos diretos da representação no espaço da feira. Também estão a

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

discutir a participação na Feira em Santarém, aí numa perspetiva de venda, levando, eventualmente, algumas empresas para vender os seus produtos, nomeadamente na área da doçaria e licores. Trata-se de uma feira que tem bastante público e está mais relacionada com esta temática. No âmbito dos assuntos sociais, é evidente que têm reuniões periódicas do CLAS. Estão a finalizar também o Plano Gerontológico e estão em processo de preparação de um conjunto de candidaturas, que depois irão seguir no âmbito do Portugal 2020. Vão ser referenciados alguns aspetos relativamente a isso e, obviamente, estão disponíveis para colaborar com as diferentes entidades do Concelho, no sentido de perceberem se há aqui manchas, como referiu a membro Paula Marinho, para evitar essas situações. No âmbito da Revisão da Carta Educativa, a fase 1 e fase 2 consistiu, sobretudo, na apresentação de indicadores recolhidos pela empresa, no âmbito do seu processo de trabalho, tratando-se de dados estatísticos fornecidos pelo Ministério. Portanto, não têm muita discussão, tem sim essa preocupação. É evidente! Portanto, quando foi evidenciado pela própria questão da Carta Educativa, de imediato, também no processo que estão a desenvolver de apresentação de áreas de investimento, junto da Oeste CIM, apresentaram dois projetos na tentativa de captar verbas para essas situações, um visando a promoção da igualdade de acesso ao ensino e outro na promoção do sucesso escolar. Portanto, já estão a criar medidas e esta situação já foi discutida com as duas direções dos agrupamentos, exatamente na reunião que tiveram com a empresa e com as direções dos agrupamentos na semana passada, onde foi feita a respetiva identificação e constatação, para além da validação que foi feita de alguns indicadores que apresentavam incorreções. Mas, de qualquer modo, nesta perspetiva já estão a tentar apresentar sugestões de investimento nesta área, para, em conjugação com os agrupamentos, definirem estratégias para melhorar esses índices e que depois irão, a seu tempo, espera, dar frutos.

Vereadora Carla Custódio:

Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, referiu que o valor de 95.000,00 € a Associações de Municípios refere-se, essencialmente, às cotas que o município da Lourinhã paga à Comunidade Intermunicipal do Oeste (cerca de 85.000,00 €) e à ANMP (cerca de 10.000,00 €). Em relação ao valor da receita, efetivamente, o município até ao dia 1 de abril recebeu cerca de 4.286.000,00 € e pagaram de despesa, até à mesma data, 4.838.000,00 €. Há, de facto, uma diferença de 551 mil euros. A questão é que o município tem despesas e muitas que são mensais, como por exemplo, ordenados, protocolos com as freguesias, combustível, transporte e refeições escolares, iluminação pública, etc. Da parte das receitas,

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

as mesmas não vêm todas em duodécimos como o FEF. Era bom que assim fosse, mas não é. Nas grandes rubricas ainda lhes falta receber 10.420.000,00 €, como por exemplo, a DREL em relação à escola de Miragaia, infelizmente, este ano ainda não pagou nada relativamente às faturas que mandaram para lá. Depois têm as receitas do IMI, que vão ser recebidas no próximo mês. Em relação também ao empréstimo que foi aprovado nesta assembleia no dia 27.02.2015, também está na parte das receitas, portanto, aprovaram 900.000,00 € e, até á data, só utilizaram 160.000,00 €. Também o Ministério da Educação, relativamente ao pessoal, não paga com a mesma periodicidade que a câmara paga às pessoas. A diferença está aqui.

Vereador Vital do Rosário:

Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, sobre o Depósito Temporário de Resíduos, referiu que foi o local encontrado, longe de ser um local perfeito, mas foi o local possível. É propriedade do município e está próximo do perímetro urbano. O que identificaram foi um local onde os munícipes pudessem fazer entregas de resíduos domésticos de diversa tipologia e que serão lá concentrados até perfazerem um quantidade suficiente para serem transportados para a ValorSul, ou seja, estão ali temporariamente, num período que pode ir até aos 15 dias, consoante o volume de cada resíduo. Depois são transportados para a ValorSul, onde serão triados e conduzidos para a reciclagem. A recuperação Dunar na Praia do Areal prende-se com o projeto que irão implementar, mais concretamente, a ligação da ciclovia à Praia da Areia Branca, por cima daquilo que era a antiga pista de ultraleves. Nesse trajeto intermédio apenas irão fazer balizamento da zona que irá continuar a ser pisada, ou seja, não irão fazer o passadiço em madeira. Portanto, no restante percurso irão balizar cerca de 3 metros de largura. No restante percurso, foi sugerido e solicitado pela APA que desenvolvessem a identificação das espécies que são características daquela zona e que se fizesse a recuperação do resto da pista, ou seja, eventualmente, lavrando e depois plantando-se algumas das espécies características para que a própria duna comece a recuperar aquilo que devia ser, porque neste momento existe ali uma autêntica pista consolidada que irá ficar apenas com 3 metros de largura.

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, referiu que a Câmara tem estado a trabalhar nos ITI e nos mapeamentos, relativamente às prioridades para a região. No próximo dia 05.05.2015 a Presidente da CCR Centro irá apresentar os enquadramentos dos ITI e todos os investimentos da região Oeste. O tecido empresarial da Lourinhã já pode ir ao GAEL, dado que este gabinete já possui informações sobre muitas matérias sobre esta temática, mais

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

concretamente, todos os dossiers que têm saído no âmbito de Portugal 2020. Já existem indicadores, verbas mais ou menos definidas para a região. Em relação à intervenção do membro Joaquim Simões, referiu que comunga com a preocupação deste membro. No âmbito da Revisão da Carta Educativa, estão na fase 2 e com os respetivos resultados esperam, com a colaboração de todos, procurar medidas visando o sucesso escolar. Têm que, sem dúvida, trabalhar todos no mesmo sentido visando o sucesso escolar no Concelho.

João Ferreira:

Referiu que a Lourinhã, num estudo da APA, não foi identificada como uma zona com alta probabilidade de cheias. Mas todos sabem que a parte velha da Lourinhã está numa zona de leito de cheias, aliás, abaixo do nível das águas do mar. Também, há, por exemplo, uma zona que está apta para construção (terrenos da adegua cooperativa) mas também é zona de leito de cheias. Portanto, nessa situação há zonas já edificadas e outras por edificar. Assim, deveriam ser classificadas como tal. A Câmara ao licenciar construções naqueles locais deveria rodear-se de todas as cautelas, para prevenir o flagelo que tem acontecido ultimamente nos prédios. O prédio em frente da AMAL foi dos poucos, com cave, onde não houve cheias, porque há uma elevação para as caves. Em sentido contrário, há um prédio na Avenida António José de Almeida, que não tem a respetiva elevação e, por isso, sofreu com as cheias. São problemas arquitetónicos que deveriam ser tratados e, sobretudo, ter isso em atenção em zonas de leito de cheias. Os locais de leito de cheias são críticos, pelo que deveriam ser mencionados como tal. Portanto, a não classificação de zonas de cheias na Lourinhã é um erro crasso. Sobre a instalação de uma Loja do Cidadão, referiu que no Palácio da Justiça há espaço agora suficiente para instalar a respetiva Loja, mais concretamente, no espaço deixado livre agora pelo Ministério da Administração Interna (antigo posto da GNR), bem como em relação às salas usadas pela Polícia Judiciária para inquirições. Assim, também serviria para instalar os serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira (Finanças). Seria um espaço ótimo para este serviço. Não teria que haver acessos através de escadas, fazendo-se algumas adaptações. Deixaria de haver este serviço num 1º andar de difícil acesso, sem condições, como se encontra atualmente.

Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia:

Referiu que o membro João Ferreira já falou sobre o assunto que irá abordar, mais concretamente, a Lourinhã não ter sido identificada como zona de cheias. Portanto, gostaria que quando viessem as trombas de água que as pessoas que elaboram estes estudos apanhassem as molhas que tem apanhado. A Câmara deve estar atenta à situação porque o

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

estudo tem que aparecer o mais urgente possível. Estes piques de chuva têm assolado fortemente o concelho da Lourinhã, com maior incidência nas freguesias de Lourinhã e Atalaia, freguesia de Santa Bárbara, Ribamar, Vimeiro e Miragaia e Marteleira. Referiu ainda que espera que no dia 10.06.2015 a ponte entre a Praia da Areia Branca e o Areal Sul esteja em pleno funcionamento, para bem de todos. As pessoas queixam-se, e têm razão, mas trata-se de um processo que está em desenvolvimento. Em relação ao Forte de Paimogo, é importante que a APA tenha em atenção o morro que está a segurar o Forte de Paimogo. Está em condições péssimas e acha que a Câmara (a Junta também está disponível) deve pressionar para que a APA resolva aquela situação. No que se refere à Revisão do POOC, a mesma não avança e a costa da Lourinhã tem sido penalizada, face ao POOC que está em vigor. É importante que o POOC seja revisto o mais urgente possível, para que a costa do Concelho da Lourinhã possa beneficiar de mais atração turística do que tem tido.

Ana Gaixaria:

Referiu que o assunto da sua intervenção já foi aqui referido, mas queria mencionar outros pontos, mais concretamente, sobre as cheias da Lourinhã. Portanto, gostava de saber se estes riscos de Planos, que estão a ser elaborados por causa das cheias, podem ter ligações diretas no novo regulamento do PDM. Acha que é muito importante o novo PDM ter acesso a estas plantas. Em relação à revisão do PDM, perguntou para quando estava previsto fazer-se a discussão pública. Em relação à recuperação do cordão dunar, perguntou quando iriam executar estas obras e qual era duração das mesmas, face à época de férias que se aproxima, sendo um local muito concorrido.

Jorge Sousa:

Em relação ao Parque Jurássico, referiu que, sobre esta matéria, já tinha questionado na última Assembleia. Deste modo, perguntou se houve mais algum desenvolvimento, relativamente à última assembleia e qual era o ponto de situação deste projeto. No que se refere à educação, mencionou que, pela documentação que lhes foi facultada, uma das preocupações que lhes assiste são os 25% de jovens que abandonam o ensino no nível secundário. Por outro lado, não existe oferta ao nível do ensino profissional ou não há qualquer referência à escola agrícola ou ao projeto que poderia vir a existir nesse sentido. Acha que também é importante promover a oferta do ensino profissional aos jovens do município da Lourinhã. Por outro lado, queria congratular o Executivo pela atribuição de bolsas. Mas apela para que haja mais divulgação para que chegue informação a mais carenciados do município que não têm conhecimento destas bolsas para o ensino superior.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Por fim, queria deixar duas saudações ao Executivo, uma pelo lançamento da Startup Lourinhã, pois entendem que é um projeto importantíssimo, sobretudo no apoio ao empreendedorismo dos mais jovens. A outra saudação é em relação ao programa Aproximar e pela possibilidade da Lourinhã receber 4 espaços do cidadão, mais concretamente, na Lourinhã, Ribamar, Moita dos Ferreiros e Miragaia.

José Soeiro:

Referiu que, em relação à situação que foi falada nesta assembleia sobre a comunicação e a publicidade, queria dizer que não se trata de idealismos, mas sim de necessidades. Agora ficou muito preocupado com o “Aproximar”, porque normalmente o aproximar é afastar. Estão todos muito satisfeitos porque ir-se-á ter balcões do cidadão, mas pergunta: com que características, tecnicidade e com que resposta e à custa do quê? Depois a Vereadora Carla Custódio teve o cuidado de dizer que a DREL ainda não tinha pago algumas coisas. Assim, pode acontecer o mesmo com esta situação. Portanto, está-se a substituir serviços públicos por balcões do cidadão, mas pergunta qual é o back office do balcão do cidadão? Qual é a tecnicidade e quem têm para pôr lá? Se forem agora à Segurança Social, de 8 trabalhadores estão 4; e dos 4 quatro, no período de férias, ficam 2. Portanto, a proximidade tem que corresponder a conteúdo. As coisas não estão próximas só para estar próximas. Estão próximas para dar resposta às necessidades. Questiona: quem paga essas necessidades e quem são os quadros que vão para lá e que relações que esses quadros vão ter com capacidade de resposta para as pessoas do Concelho? Não há nenhum balcão de cidadão que dê resposta, manda tudo para os serviços. Portanto, é só mais uma barreira entre o cidadão e o aparelho do Estado. Relativamente ao que disse o membro Joaquim Simões, e acha piada porque ele é professor, efetivamente a taxa de analfabetismo no concelho sempre foi elevada, o abono escolar sempre foi elevado, as médias são baixas, a continuidade é para muito poucos. Também grave é a incapacidade para reter pessoas no concelho, reter os melhores no concelho e ter capacidade de produção e criação de postos de trabalho. Sempre tiveram emigração, agora é para o estrangeiro, antigamente era para Lisboa. Criar condições para reter as pessoas cá é a resposta que tem que ser dada. A capacidade de compra do concelho, face ao distrito, é a seguir ao Cadaval, ou seja, é o penúltimo. Portanto, para se desenvolver tem que se fomentar trabalho, para fomentar trabalho têm que ter capacidade de instalação das pessoas e que elas se sintam realizadas. Foi dito aqui e muito bem: para quando o projeto da escola agrícola?

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Duarte Gonçalves:

Referiu que na área da Proteção Civil consta uma candidatura para várias estações de rádio móveis da rede SIRESP. Assim pergunta qual é a intenção desta candidatura e o objetivo que se pretende para estes rádios? É para fazer alguma central de comunicações aqui no município? Em relação ao ambiente, perguntou sobre o ponto de situação do Rio Grande junto à Foz. Colocou ainda as seguintes questões: já foi lançado o concurso público ou a obra é para ser executada por ajuste direto? É para se fazer este ano? Qual é o prazo de conclusão? Em relação à Educação, tem uma preocupação relativamente à escola Dr. João das Regras. Portanto, após o encerramento daquele espaço de ensino, a câmara já pensou dar outra finalidade ao referido espaço? Trata-se de uma área grande, assim, porque não fazer um pavilhão multiusos, aproveitando algum espaço já existente (Ex. Cantina)? Na sua opinião, a Lourinhã precisa de um espaço destes, e estão agora com um bom exemplo que é a Expo Lourinhã, que está a ter dificuldades de espaço. Para a sua realização, inclusive, existe necessidade de se encerrar ruas ao trânsito. Deste modo, acha que o espaço da atual escola é bastante adequado para esse tipo de eventos.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Referiu que, em relação às chuvas do fim de semana passado, é importante agendar-se uma reunião, mas para irem aos locais para verificarem *in loco* os principais problemas, e que foram identificados. Queria lembrar que em setembro de 2014 o concelho foi assolado com uma grave intempérie. Por conseguinte, para apoiar na recuperação de estradas rurais, a Câmara definiu verbas para 2015. Mas, face ao que aconteceu em setembro e face ao que aconteceu recentemente, é importante repensar-se em valores. Verificou na Informação Escrita que têm sido realizadas algumas centenas de metros de saneamento. Ainda bem que tem sido executado, pois é importante, neste âmbito, resolver os problemas de todo o concelho. Mas, na freguesia de Santa Bárbara não se iniciaram ainda estas obras e é importante que se executem. Existem dois ou três pontos que com poucos metros se conseguiria resolver. Se calhar era bom começar nesses pontos para suprir logo essas situações. Ainda em relação às cheias, na sua intervenção anterior falou sobre a ligação que estabeleceu com o Vereador Vital do Rosário, mas também é importante referir que se estabeleceu, igualmente, uma ligação com o técnico Daniel Neves, que acompanhou a situação. Não viu na Informação Escrita qualquer referência à visita da comitiva do município francês. É bom ter cá pessoas de fora que possam depois transmitir no exterior o que é o

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Concelho da Lourinhã. No entanto, tem que demonstrar o seu desagrado dado que estiveram no domingo de manhã na freguesia de Santa Bárbara, mais concretamente, no complexo de Santa Bárbara, mas não foi convidado para participar. Apenas soube, porque alguns fregueses lhe perguntaram se não tinha estado presente também. Portanto, é importante, para poder acompanhar também (já que outro Presidente de Junta de Freguesia teve oportunidade de acompanhar) que o tivessem convidado para estar presente, uma vez que foram à freguesia de Santa Bárbara. Relativamente à sinalização rodoviária, referiu que foi criada uma sinalização rodoviária personalizada na Marquiteira. O problema não é a referida sinalização, mas se se for começar a personalizar demasiadas situações destas, tendo em conta que também têm situações iguais em outras vias rodoviárias e cruzamentos, onde não existe sinalização ou é insuficiente a sinalização, se calhar têm que verificar a colocação da respetiva sinalética. Sabe que o Eng.º Daniel Neves tem dificuldade em dar resposta, porque tem várias coisas em mãos. Deste modo, sugere que, neste âmbito, se reforce os recursos humanos para prestar o devido apoio no que concerne à sinalização. É importante reorganizar! Relativamente a uma questão que foi levantada pelo público, mais concretamente, o alargamento do cemitério de Santa Bárbara, referiu que já foram tratadas algumas coisas e a assembleia de freguesia tem conhecimento. Assim, acha que é na Assembleia de Freguesia que se deve colocar esta questão. Mas, se o Presidente da Câmara precisar de mais alguns esclarecimentos, relativamente a esta matéria, estará disponível para os prestar.

Filomena Frade:

Em relação à identificação de espécies do cordão Dunar, sugeriu que fosse contactada ou pelo menos que fosse verificado o trabalho da Fernanda Nascimento. É uma autodidata, mas tem feito um trabalho de grande rigor científico e de grande coerência. Pode-se ter confiança no trabalho desta munícipe, no que concerne à identificação de espécies do litoral do concelho da Lourinhã, muito especificamente em relação à Praia do Areal e à Praia do Caniçal. Se for necessário depois poderá facilitar os contactos da Fernanda Nascimento. Foi com base na informação dela que foi feito, por exemplo, o cartaz do apoio de praia que está no Areal. Inclusive, trata-se de um trabalho que, na sua opinião, deveria ser, de alguma forma, reconhecido porque tem muita qualidade, muito rigor e pensa que, se não está tudo inventariado, estará quase tudo.

Vereador Fernando Oliveira:

Relativamente às questões em relação à educação, têm que se abordar novamente os dados que foram transmitidos, no âmbito da 1ª Fase da Carta Educativa. Portanto, trata-se de dados

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

e revelam preocupações com as quais, pensa, todos comungam. A questão do abandono no ensino escolar é uma das situações que estão a tentar perceber os motivos para isso acontecer. Pensa que já falou aqui sobre trabalho que foi feito ao nível da associação nacional para a qualificação e ensino profissional. Foi feito um trabalho meritório e altamente exigente na identificação das áreas profissionais, relativamente às necessidades de cada município. Esta ação foi englobada numa estratégia regional, mas depois o Ministério da Educação não deu o seguimento desejável. Depois acontece o seguinte: existem cursos que não têm qualquer saída de emprego e, assim, alguns alunos têm que sair e procurar noutras áreas e noutros locais, a fim de responderem às suas necessidades. Tiveram uma reunião na DGEstE para se verificar quando as situações poderiam avançar. Mas a DGEstE e a ANQEP estão a ter algumas dificuldades de entendimento. Na sua opinião, trata-se de duas entidades que se deveriam entender para bem das empresas, face às necessidades de mão-de-obra, de técnicos qualificados e de algumas áreas de licenciatura. É preciso conseguir responder às necessidades a nível empresarial. Portanto, não se pode promover cursos para uma determinada profissão que não tem saída, quando se precisa de profissionais para outra atividade. Mas estão a trabalhar nesta área tendo em vista suprir esta problemática. Agora ter-se-á que esperar que o Ministério dê cobertura a estas questões. A Escola Agrícola não pode ser referenciada, pois ainda estão na fase dos indicadores. Mas a seu tempo serão feitas as devidas diligências nesse sentido. Recorda, no entanto, que há cerca de 3 anos houve condições para que o projeto do edifício da Escola Agrícola avançasse. Existiam, nessa altura, interessados em diferentes áreas e havia vontade por parte do município em corroborar essa situação. Mas depois o Ministério da Educação não atribuiu turmas. Deste modo, sem turmas não pode, nem haver professores, nem alunos. Fizeram recentemente um levantamento ao edifício da Escola Agrícola e constataram que o respetivo edifício encontra-se completamente abandonado e degradado. Assim, a recuperação do mesmo irá envolver verbas significativas. Já identificaram também um montante para tentarem puxar captação de investimento e enquadramento/financiamento para aquela situação. Têm no Plano de Trabalhos o que designaram como um Centro de Formação Municipal, que englobaria diferentes áreas sob a gestão de diferentes entidades. Mas agora ter-se-á que aguardar para se verificar se há ou não condições de financiamento para recuperar o respetivo edifício, que é importante não só para a área agrícola, mas também para o desenvolvimento de outras situações profissionais. Em relação às bolsas de estudo, referiu que a divulgação é feita nos diferentes sites entre outras situações. Têm tido sempre mais candidatos do que a disponibilidade financeira da

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Câmara. Portanto, nesse aspeto (número de candidatos) estão bem. Também quer dizer que neste momento estão a enquadrar para o próximo orçamento um reforço, que irá muito brevemente à reunião de Câmara. Ir-se-á também enquadrar os apoios para Mestrados e/ou Doutoramentos, com incidência em trabalhos que visem ou que beneficiem a Lourinhã. Em relação à intervenção do membro Duarte Gonçalves sobre o fim que se irá dar à escola Dr. João das Regras, referiu que têm ouvido diferentes perspetivas, sugestões ou ideias. Mas, neste momento, estão a procurar, em primeiro lugar, resolver a questão do próximo ano letivo. É essa a principal preocupação da câmara. Mas, estão a refletir sobre a utilização daquele espaço de acordo com as necessidades que existem no município. Portanto, há várias sugestões, mas neste momento não valerá a pena estar a abordar nenhuma delas em particular, porque querem a seu tempo perceber como as coisas podem evoluir e que meios financeiros terão disponíveis. Tudo isso é importante para optarem por uma das soluções.

Vital do Rosário:

Em relação à intervenção do Presidente da União de Freguesias Lourinhã e Atalaia sobre a ponte pedonal da Foz, que atravessa o Rio Grande, referiu que estão a desenvolver o processo, situação que o referido Presidente de União de Freguesias tem acompanhado. A adjudicação deverá amanhã ir para a plataforma. Está em perspetiva uma ponte de vão livre, para não voltar a acontecer o que aconteceu. Isto é, que canas ou outros detritos façam pressão sobre os pilares e provoquem o colapso da ponte. Portanto, será uma ponte em vão livre e em madeira. É um projeto arrojado, tem 5 semanas de execução em estaleiro e 2 dias para ser colocada no local, perspetivando-se que no dia 10 de junho, aquando da abertura da época balnear, a ponte já lá esteja. Em relação ao Forte de Paimogo, referiu que as preocupações do Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia são as mesmas preocupações que a Câmara tem. Obviamente, que, periodicamente e ciclicamente, fazem chegar às entidades competentes informação sobre o estado do Forte de Paimogo e da sua base de sustentação. No entanto, até agora, aguarda-se notícias melhores. Relativamente ao POOC e à sua revisão, é um processo que já decorre há anos, com diversas fases. Neste momento, o Plano de Ordenamento evoluiu para um programa e foi-lhes dito que a meio do ano haverá novidades. Assim ter-se-á que aguardar para ver as propostas. Está relativamente apreensivo pela primeira abordagem que houve, tendo em consideração a metodologia que lhes foi transmitida. Ainda assim vão esperar para ver e depois agir. Em relação à intervenção da membro Ana Caixaria sobre o estudo da APA relativo às cheias, releva novamente que se trata de um estudo da APA. Não é esse estudo que está a servir de base às cartas de

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

condicionantes do PDM da Lourinhã. Sobre a discussão pública do PDM, perspectivam que nos próximos 15 dias promova-se o período de discussão pública. Mas antes de se iniciar o respetivo período pretende-se promover reuniões com a Assembleia e com o Executivo. Portanto, o período de discussão pública será amplamente divulgado e terá diversas sessões. Em relação à intervenção do membro Jorge Faria sobre o Parque dos Dinossauros, referiu que a Câmara continua a trabalhar nesta matéria. Continuam a procurar a respetiva solução. Neste momento, têm projeto, têm parceiros, mas falta o envelope financeiro. Há um mar de oportunidades a surgir no âmbito do Portugal 2020. Ainda não há nada de concreto e, portanto, continuam na perspetiva desse enquadramento, relativamente às verbas que podem vir através desse pacote financeiro. Obviamente, que têm feito reuniões exploratórias visando outras opções, caso este processo não tenha o seguimento desejável, mas não passam de situações exploratórias. Portanto, continuam a trabalhar nesta matéria, continuam na expectativa que em breve possam trazer novidades com relevância, assim que surjam avisos de candidaturas que sejam adequáveis aos propósitos do município. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Barbara sobre as cheias, referiu que logo que seja possível podem fazer as respetivas reuniões de reconhecimento, uma vez que as situações estão identificadas, tendo em vista tentar encontrar às soluções mais adequadas. Em relação ao saneamento, a seu tempo chegará a vez da freguesia de Santa Bárbara. Obviamente, que não conseguem chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Estão a intervir em algumas prioridades que identificaram, mas, claro, que executarão os respetivos trabalhos na freguesia Santa Bárbara também.

Presidente da Câmara:

Em relação aos rádios tratou-se de uma candidatura ao POVT, no âmbito da OesteCim, cujo destino é os Bombeiros Voluntários.

Joaquim Simões:

Relativamente à resposta que o Sr. Vereador Fernando Oliveira deu sobre a Carta Educativa, foi dito que estão a candidatar-se a verbas para investirem, tendo em vista ultrapassar o problema do insucesso Escolar. Portanto, acha que é importante, antes de se gastar essas verbas, tentar perceber qual a origem ou o que está por detrás do insucesso. Em relação ao quadro que lhes foi apresentado pelo Sr. Vereador Fernando Oliveira, pelas contingências que existem, de variada natureza, e dado que a descentralização ou a municipalização da educação mais tarde ou mais cedo estará a bater à porta, se calhar é importante pensar-se

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

num Plano Estratégico Municipal para a Educação, para que, de facto, as crianças e os alunos do concelho tenham as melhores respostas aqui no Concelho da Lourinhã.

PONTO II – Proposta 11 – Apreciação da proposta relativa ao **”RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL), REFERENTE A SETEMBRO 2014”**, que em baixo se transcreve:

Ao artigo da Lei n.º 43/2012, de 28/08, a Assembleia Municipal, em sua sessão de **26/09/2012**, deliberou, por maioria, autorizar a Câmara Municipal da Lourinhã a aderir ao PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL).

A alínea a), do n.º 1, do artigo 12.º, do supra citado diploma legal, determina que o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal

Assim, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**, remete-se, para acompanhamento do PAEL, por parte desse Órgão Deliberativo, **O RELATÓRIO TRIMESTRAL, REPORTADO A SETEMBRO DE 2014**, relativo à execução do Programa em causa.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Nota: O presente Relatório foi aprovado, por maioria, na reunião de Câmara de 20/04/2015. Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se.

Após uma explanação, por parte da Sr.ª Vereadora Carla Custódio sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO III – Proposta 12 – Apreciação e votação da proposta relativa ao **”DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2014 (EM ANEXO RELATÓRIO ANUAL / EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E EXECUÇÃO DO PAEL**, por força do disposto no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, e nos termos do n.º 7.º, artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, conjugados com o n.º 7.º, do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; e com a alínea a), do n.º 1 e n.º 2, do artigo 12.º, da Lei 43/2012, de 28/08”, que em baixo se transcreve:

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO / 2014.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

(EM ANEXO RELATÓRIO ANUAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E DA EXECUÇÃO DO PAEL)

Considerando que os documentos referidos em título foram devidamente aprovados pela Câmara Municipal, por maioria¹, em sua reunião de 20/04/2015, cumpre-me:

1.º Nos termos da alínea l), do n.º 2 do art.º 25.º, conjugado com o n.º 2 do art.º 27.º e com a alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do n.º 1, do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, submeter à apreciação e votação dessa Assembleia Municipal os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2014;**

2.º Por força do disposto no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, e nos termos do n.º 7.º, artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, conjugados com o n.º 7.º, do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; e com a alínea a), do n.º 1 e n.º 2, do artigo 12.º, da Lei 43/2012, de 28/08, remeter, em anexo, a esse Órgão Deliberativo o Relatório Anual, relativo à Execução do Plano de Saneamento Financeiro e à Execução do PAEL.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

¹ Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira**, votaram contra no que se refere ponto n.º 1 e abstiveram-se, relativamente ao ponto n.º 2, tendo apresentado Declaração de Voto:

“ Os Srs. Vereadores *Hernâni Santos António Antunes e Vanda Oliveira, eleitos pela Coligação Mais Lourinhã – PPD/PSD,CDS-PP, apresentam as seguintes considerações justificativas da posição de voto relativamente a este ponto conforme se segue:*

Subdividindo o ponto em duas partes:

A - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL,

Os Vereadores relativamente aos relatórios decidiram pela abstenção, uma vez que os relatórios são uma exigência legal e reflectem o rigor imposto pela Lei das Finanças Locais aos municípios, ou seja, espelham os desvios entre o método de gestão que o executivo se propôs concretizar e os resultados obtidos.

B - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014,

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Os Vereadores não aprovaram os documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2014, não pelas peças contabilísticas apresentadas, pois estas apresentam o rigor que a lei exige, mas por não se reverem no método de gestão aplicado ao município, principalmente no que se refere à aplicação de certas receitas, identificadas como impostos directos (IMI e IMT) pagos pelos munícipes, para que as zonas adjacentes aos seus prédios urbanos se apresentem razoáveis, no que se refere ao escoamento de esgotos e águas pluviais, estradas e caminhos circuláveis e limpeza e embelezamento de zonas ajardinadas e de lazer, entre outros. De salientar que as receitas com os impostos directos cresceram ao inicialmente orçamentado para o ano de 2014 em cerca de um milhão e cem mil euros.

O Executivo em regime de permanência de acordo com o seu método de gestão, aplicou o aumento da receita de IMI e IMT, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos e não previsto no Orçamento, na redução do endividamento de médio e longo prazo do município, dando uma falsa imagem de uma boa gestão, quando em nosso entender uma boa parte desta receita deveria ser aplicada concretamente ao que a mesma se destina, e que fundamenta a existência do imposto (IMI e IMT).

Com um milhão e cem mil euros a mais nos cofres, o Executivo preferiu passar a falsa imagem de boa gestão em vez de rever o Orçamento e reequacionar prioridades.

Financeiramente e após análise às alterações ao CIMI, concluímos que os anos de 2014 e 2015, teriam sido os anos ideais para que o município tivesse deliberado a redução de taxas de IMI, como proposto por nós, não perdendo receita orçamentada e aliviando a carga fiscal às famílias.

Sendo certo que o município está limitado às regras do PAEL e Plano de Saneamento Financeiro, também é verdade que o município se colocou nesta posição frágil em consequência de muitos e muitos anos de uma gestão financeira débil e sem estratégia para o concelho.

Os erros do passado são liquidados no presente e no futuro, sim porque a dívida por mais que se “empurre” para a frente, terá de ser paga, e paga pelos munícipes.

Lourinhã, 20 de Abril de 2015

Hernâni Santos

António Augusto Antunes

Vanda Oliveira”

Após uma explanação, por parte da Sr.^a Vereadora Carla Custódio, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Duarte Conceição:

Referiu que, basicamente, aquilo que a Sr.^a Vereadora Carla Custódio apresentou foram as rubricas contabilísticas. Não irá tocar nesse ponto em termos contabilísticos. Irá abordar sim o documento em termos de estratégia global. Portanto, após uma análise detalhada dos documentos apresentados e dos orçamentos anteriores, salta-lhe à vista uma frase, mais concretamente, alteração dos pressupostos. É assim que inicia o relatório do planeamento de saneamento financeiro anterior e, agora, também, o relatório de gestão. Aqui fala de pressupostos e o investimento. As desculpas costumam ser sempre: é dos pressupostos, é do fundo de apoio municipal, é das contratações, é das dividas, mas nunca é da manutenção da derrama, da manutenção da taxa do IMI, dos erros ou mesmo até do papel inócuo aqui do Executivo Municipal na gestão da questão do famoso Parque dos Dinossauros da Lourinhã. Têm tido uma gestão puramente baseada em empréstimos, tal como transparece na Prestação de Contas e nas passadas assembleia municipais, onde tem sido recorrente os pontos sobre empréstimos. Isto só demonstra, realmente, uma falta de planeamento de fluxos financeiros. Mas também sabem que, geralmente, as gestões socialistas baseiam-se sempre em endividamento. Citando aqui Margaret Thatcher, ela disse que o socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros e acrescenta (Duarte conceição) e depois vem a Troika. Muito se fala da Marca Lourinhã, também da Startup Lourinhã. Mas quais são os instrumentos que o município coloca aos dispor dos empresários para que o setor privado possa investir na Lourinhã? Já ouviram falar dos futuros eventos do Concelho, na promoção da Startup a nível local, regional e nacional, mas quais é que são os diferenciadores em relação a outros projetos em concelhos semelhantes? Quais são as iniciativas concretas, as ideias concretas, que o Executivo tem para atrair o investimento estruturante privado? Isenções, taxas, investidores, imagem, credibilidade, quais? O caso do Parque dos Dinossauros da Lourinhã é um caso que deveria constar nas conferências internacionais TED, para exemplificar como iniciar um projeto sem planeamento, sem futuro, à espera de investidores. Provavelmente, é melhor levarem a ideia ao programa *Shark Tank*, onde talvez se encontre uma solução. Têm em discussão no Oeste uma possível renovação da linha ferroviária do Oeste. E a Lourinhã, qual tem sido o papel do Executivo nesta temática? Vai mais além, sorte dos turistas da Lourinhã que não têm nenhum aeroporto ou terminal de barcos, porque aí, provavelmente, também teriam que

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

comportar às costas uma gestão de taxas adicionais. Até o Plano Estratégico da Lourinhã refere as questões dos fundos comunitários. A Câmara tem que fazer obra, mas deverá ter como instrumento estratégico primordial parceiros privados que invistam neste concelho com retornos visíveis estratégicos. O Executivo tem que deixar de olhar somente para o que o rodeia e olhar mais além, tem que ser mais ambicioso. O Executivo e não só. Não pode deixar de referir que a Lourinhã tem as condições geoestratégicas e humanas para ser um concelho de referência e um catalisador económico para o Oeste. Tem que ser dada mais visibilidade! Boa visibilidade ao Concelho! Não através das cheias, nem em programas televisivos de folclore popular, nem através de agências de comunicação. Tem que se promover uma boa visibilidade e criar condições para albergar investimentos, para alojar empresas credíveis, para criar emprego. Até para albergar, porque não, eventos desportivos, não só nacionais, mas também europeus e, porque não, mundiais. Essencialmente vender a imagem da Lourinhã e as suas condições. Já aqui lançou o desafio para se pensar onde se pretende que a Lourinhã esteja daqui a 20 anos. Continuar a ser uma Vila simpática ou ser algo mais e com mais ambições? Mas isso pode abrir uma verdadeira caixa de pandora, fazendo com que muitas pessoas tenham medo. Talvez esteja a pensar alto de mais, mas a sua visão para a Lourinhã é de um concelho em crescimento e desenvolvimento nas vertentes sociais, económicas e principalmente humanas. Poderá, inclusivamente, dar um exemplo, a operadora de comunicação “NOS” tem planos de crescimento bastante ambiciosos e inclui a possibilidade de implementar novas infraestruturas a nível nacional. Será que alguma vez ouviram falar da Lourinhã? Não! Volta a frisar que a Lourinhã necessita de desenvolver *clusters* de inovação e competitividade. O Executivo tem que acrescentar um valor real para a Lourinhã e para os Lourinhanenses, situação que não tem acontecido. Para terminar, refere um excerto de um anterior documento das GOP: “*temos consciência do muito que há para fazer, numa linha de continuidade para tornar o município da Lourinhã um concelho onde dá gosto viver*”. É absolutamente verdade, a linha de continuidade tem sido mantida, mais concretamente, continuar como têm estado nos últimos anos ou décadas. Se o Executivo não está satisfeito, a bancada da oposição do PSD, inclusivamente do CDS-PP, também não está.

Filomena Frade:

Referiu que a sua questão é uma dúvida muito concreta, porque sempre que recebe relatórios e informação que contêm números e valores anda à procura de uma resposta que não encontra. Assim, pede que a possam dar, mais concretamente, informação sobre a quantidade e valor de água comprada e vendida, por ano. Embora o valor da água vendida já tenha

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

conseguido encontrar, em relação à compra (em quantidade e em valor) não conseguiu retirar essa informação dos mapas que lhes foram entregues.

Vereadora Carla Custódio:

Referiu que, em relação à intervenção do membro Duarte Conceição, a única coisa que quer responder é que não pode concordar com este membro quando refere que a política do município é sempre contrair empréstimos e utilizar dinheiro dos outros. Portanto, no ano de 2014 este Executivo contraiu apenas um empréstimo, aprovado na assembleia municipal de 21.11.2014, cujo montante foi de 350 mil euros. Entrou na conta bancária da Câmara no dia 03.12.2014 e foi pago no dia 19.12.2014. Portanto, se o membro Duarte Conceição considera que isto é usar o dinheiro dos outros, então responde que se o Estado lhes pagasse a tempo e horas não tinha havido necessidade de contrair este empréstimo. Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, pediu desculpa, mas, neste momento, não consegue prestar-lhe a respetiva informação. Mas fica o compromisso que mandará, oportunamente, os respetivos dados por email.

José Tomé:

Referiu que o documento que lhes é apresentado evidentemente refere-se a 2014. Estas análises são mais de carácter político, onde alguns membros querem demonstrar as suas posições, dizendo muito que tudo está mal. Todavia as evidências são outras, como aqueles números que a Sr. Vereadora Carla Custódio apresentou, aquando da sua primeira intervenção. Parece-lhe que isso é uma realidade indesmentível. É verdade que muita coisa se pode fazer e todos aspiram o melhor para a Lourinhã, mas de uma forma sustentada e crê que tem sido. Sistemáticamente acusa-se de má gestão e que os socialistas gastam e depois vêm os outros para resolver. Mas quer dizer que não tem visto isso noutros espaços de governação, nomeadamente ao nível do Poder Central. Assim, se calhar, se o PSD fosse gestão autárquica na Lourinhã também seguiria muito a linha que o Governo atual tem vindo a fazer. Isso é de tal maneira evidente, observando-se essa situação, inclusive, através da declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores da oposição. Acha que os mesmos não estão em regime de permanência, até porque face à terminologia usada na referida declaração de voto ficou a perceber que agora há mais do que um Executivo, isto porque, na declaração refere um Executivo e refere também um Executivo em Regime de Permanência. Portanto, deverá haver um Executivo por turnos, que é à segunda, quarta e sexta, e depois haverá um Executivo todo, que será de 15 em 15 dias. Isto, como disse, observando a terminologia que é usada na declaração de voto para definir o que é o Executivo. Confessa que não conhecia

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

estas nuances de Executivo Autárquico. Mas é um facto que se tem reduzido os prazos de pagamento. Pagou-se a dívida, mas tem sido alvo de crítica, acusando-se até de má gestão, isto porque, o dinheiro foi todo ele canalizado para pagamento da dívida, quando numa perspetiva do PSD deveria ser para outra coisa, direcionado para aquele tipo de gestão de envelope. Mas também sabem que na gestão autárquica não é assim que se faz, não se pode fazer esse tipo de gestão. Sabem isso perfeitamente ou então não sabem muito de gestão autárquica. Portanto, o que evidencia a declaração de voto é um pouco isso e, portanto, as coisas não são dessa forma. Houve a redução dos pagamentos, houve redução dos pagamentos das dívidas e depois assiste-se a esta sistemática tendência de ir buscar o passado. Mas, como se sabe, os endividamentos tem a ver com os investimentos. Se hoje têm alguns níveis de desenvolvimento em algumas áreas, teve a ver com esses investimentos. Portanto, obviamente que também houve, por parte dos governos centrais (sem falar em cores, porque é transversal), alguns incumprimentos relativamente aos pagamentos. Agora, tem-se constatado, para além de ingerência na autonomia direta das autarquias, a redução de algumas transferências, nomeadamente ao nível da Educação. Como a Sr.^a Vereadora aqui falou estão em causa cerca de 500 mil euros a menos. Mas o município manteve o nível e ação na área da Educação. Portanto, fez a mesma coisa com menos dinheiro que recebeu por parte do Ministério. Portanto, há aqui uma evidência clara de que gestão está a ser bem feita, sustentada e as situações estão muito bem canalizadas. Também aumentaram os apoios e as transferências, relativamente a subsídios concedidos. Há aumentos, e é uma evidência. Mas isso não vem espelhado na opinião dos vereadores da oposição, em termos da declaração de voto. Portanto, está aqui uma panóplia de que tudo foi mau. Mas, de facto, felicita a Maioria pela forma como têm estado a gerir o concelho e com situações destas, conforme o tempo avança, vai-se percebendo que o Povo acabou por decidir bem.

José Soeiro:

Referiu que este documento tem logo à partida algo que nunca é referido, mais concretamente, as consequências da alteração da Lei das Finanças Locais. Nunca é referido! Mas só de olhar para o mapa de balanços (mapa 1) diz o seguinte: o real em 2012 era 148.629,00 €, agora é 130.000,00 €. Então houve uma melhoria, não é? Se o passivo era de 45 mil e passou para 34 mil, aparentemente houve uma melhoria. Agora a questão de fundo, que foi já aqui abordada, é outra. Ou seja, o que poderão fazer na Lourinhã para criar mais-valias que deem à Câmara a capacidade para resolver os problemas de suporte financeiro, com vista ao desenvolvimento da Lourinhã. Esta é a questão que tem que ser discutida e em

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

especial num período de crise. Quando as pessoas subscrevem declarações de voto com base nas transferências de verbas, deviam dizer aqui quantos foram os ativos da Lourinhã que emigraram e o que isso significou, por exemplo, ao nível do setor da construção civil do concelho. No outro dia ficou a saber que só na Atalaia foram abatidas 80 viaturas ligadas à área da construção civil e que houve menos 300 inspeções de carros na Lourinhã.

Portanto, para estarem aqui até bastante tarde é importante que tenham proveito e, para terem proveito, têm que ser sérios. Ainda há pouco perguntou porque existia 25% de abandono escolar? Porque é o concelho, no distrito de Lisboa, a seguir ao concelho do Cadaval, com menor poder de compra? Aqui é que está o ponto! Vive-se num concelho que teve uma determinada taxa de emigração na década de 70 e que agora tem uma taxa igual. Depois, recuperou-se com pessoas que vieram de fora para cá, como foi o seu caso, mas não com a natalidade. Aliás, se hoje começasse um ato de empreendedorismo e se o mercado não estivesse esgotado, o negócio que montaria era de cangalheiro. São os únicos que todos os dias têm trabalhado. E vão continuar a ter trabalho, porque as pessoas estão a envelhecer e o serviço de saúde não dá resposta, contrariamente ao que aqui foi dito, por exemplo, os controlos de diabetes e de hipertensão não são feitos. Portanto, reitera que ser cangalheiro é um grande negócio. Era bom que pensassem nisto, pois não está a brincar. Quando fala sobre isto não está a brincar, trata-se de um assunto muito sério. Não tem dúvidas disso, pois todos os dias há falecimentos. Nesse sentido, pergunta: quantos nasceram na Lourinhã nos mesmos dias? Podem começar a fazer uma equiparação mensal: quantos morreram e quantos nasceram. Portanto, estão a falar de muitas coisas quando estão a olhar para números. Ou isto leva uma volta ou mesmo os melhores gestores, seja de que partido for, terão uma câmara com pouquíssima capacidade de ser autossuficiente.

Presidente da Câmara:

Referiu que praticamente já foi tudo respondido. As intervenções que foram feitas são importantes, tem que se ponderar e pensar no que foi aqui referido.

Nuno Sampaio:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que sendo estes documentos uma das competências mais importantes desta Assembleia, gostaria de fazer algumas considerações e observações. Aliás, muito, se calhar, em sintonia com várias coisas que já foram aqui ditas e por todos os partidos. E, como a data do 25 de abril também ainda está próxima, não estão sempre em desacordo. A democracia tem esta coisa, é plural e ainda bem que é a expressão das divergências e das diferenças. Mas também é a partilha da opinião e comunga com muitas

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

coisas que já foram aqui ditas hoje. Portanto, esta prestação de contas é também ela um exercício contínuo de homenagem à democracia, porque, de facto, só em democracia é que os eleitos prestam contas aos eleitores. Queria ainda deixar a seguinte nota: comemoram 41 anos do 25 de abril, mas também se comemora 40 anos das primeiras eleições livres. É por haver eleições (e havia forças que não queriam que houvessem eleições em Portugal), que estão aqui. Em relação a esta Prestação de Contas a abordagem que foi feita aqui, quer pelo membro Duarte Nuno Conceição, quer agora pelo membro do Partido Comunista, quer, inclusive, pelo membro do Partido Socialista, José Tomé, leva-os à abordagem não tão contabilística. Portanto, têm aqui 20 milhões de euros, gastos todos os anos ou investidos no concelho da Lourinhã, através da Câmara e que resultados têm? Têm os resultados que gostariam de ter? Evidentemente, que não é possível ter um concelho perfeito, ter um país perfeito, ter um mundo perfeito. Mas vale a pena, nestes momentos, pensarem como podem, de facto, atuar para que algumas questões chave se possam inverter. Também foi dito que houve um controlo orçamental, nomeadamente na diminuição da dívida e na diminuição da dívida de curto prazo. A este propósito, e como foi aqui falado na nova lei das finanças locais e na legislação, quer dizer que ouviram ao longo destes últimos anos o Governo ser muito criticado por alterações que fez nestas matérias. Portanto, pensa que quem tem a responsabilidade de gerir as contas do município poderá estar de acordo com isto: houve algumas alterações que foram importantes para as Câmaras (é uma tendência que se vê em quase todo o país), no sentido de estarem a reduzir o nível de endividamento. Quando olham para além dos compromissos, já saiu praticamente da discussão pública a questão do endividamento. Pensa que é reconhecido de forma unânime que é um instrumento útil de controlo orçamental, nomeadamente da dívida de curto prazo. Isto é importante, porque todos sabem, por experiência adquirida, que a dívida de hoje, são os impostos de amanhã. Portanto, pensa que a Lei dos Compromissos foi um bom passo que se deu e que, algumas das situações que estão refletidas nas contas da Câmara, têm origem nessa medida, assim como também o facto de agora o município ter um objetivo, sob pena de poder sofrer sanções, entre aquilo que é executado e aquilo que estava orçamentado. Sabem que, durante anos e anos, a Câmara, a exemplo de muitas outras câmaras do país, fez sobreorçamentação de investimento. Todos os anos tinham aqui, por exemplo, o terreno da feira para vender, entre outras situações. Tinham orçamentos de 30 milhões de euros quando se sabia que, possivelmente, só seria executado apenas 20 milhões. Isso, de facto, já não acontece, muito por via de alterações legislativas que, de certa forma, criaram incentivos para que as câmaras

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

municipais tenham esse cuidado. Mas, voltando à questão estratégica, onde têm que atuar? Foi aqui referido e já referiu em diversas intervenções, que são o segundo concelho da Comunidade Intermunicipal do Oeste com o mais baixo poder de compra. Está nas estatísticas. Têm que atuar nisto. A Câmara Municipal da Lourinhã evidentemente que não se pode substituir às empresas, não pode conduzir a economia de forma intervencionista, mas tem que ser pró-ativa. Aliás, como foi aqui muito bem vincado na intervenção do membro Duarte Conceição e também na intervenção do membro José Soeiro. A questão do poder de compra é fundamental. Qual é o instrumento que temos para isso? É este orçamento de 20 milhões de euros e é preciso uma visão estratégica. Mas, em termos de visão estratégica, preocupa-o a pouca intervenção que o Sr. Presidente da Câmara tem neste debate. Permita-lhe o Sr. Presidente da Câmara que lhe transmita esta preocupação. Tem que haver uma liderança estratégica do concelho da Lourinhã para que se possa converter esta prestação de contas em algo de melhor para os munícipes do Concelho da Lourinhã e para todos aqueles que para cá venham viver. Outro indicador é o indicador da educação. O membro Joaquim Simões referiu (e bem) que os dados da Carta Educativa são preocupantes. Mas não são novos. Se forem ao diagnóstico da Carta Educativa aprovada em 2007 já lá estavam esses indicadores, um pouco fora daquilo que seria esperado, porque não são um concelho do interior. Estão na área do litoral, naquela faixa que tem maior dinamismo económico e demográfico, e que vem desde de Braga até Setúbal. Portanto, como é que continuam a ter indicadores de educação com estes níveis, seja da taxa de escolaridade, seja do analfabetismo, seja do abandono escolar (muito preocupante), ao fim destes anos, abaixo da média nacional e abaixo da média da região oeste. O Ministério da Educação assinou agora há poucas semanas um protocolo com 12 municípios para a descentralização de várias funções. Ora, se o município da Lourinhã, como já foi aqui dito hoje, considera que o Ministério da Educação (transversal a vários partidos que já foram governo, como já foi aqui dito hoje) muitas vezes não é lesto a dar as soluções que o município da Lourinhã precisa, então o município da Lourinhã tem que ser ativo, tem que ser pró-ativo e ir ter com o Ministério da Educação deste governo ou do próximo governo e dizer que quer, dentro da Lei (que já existe), tomar o mais possível as rédeas da educação e do ensino no concelho da Lourinhã para inverter estes indicadores. Queria deixar também mais um alerta para outra situação. Portanto, preocupa-o a questão dos bairros sociais. É preciso pensar numa solução de futuro para que se reconverte, a fim de deixarem de existir aqueles guetos (perdoem a expressão) no Concelho da Lourinhã. É uma situação que vai pesar nas contas da Câmara, mas tem que ser

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

pensada com tempo, com sentido social e com sentido estratégico. Evidentemente, que se falou aqui nos constrangimentos, não vivem tempos de abundância, de orçamentos expansionistas, mas os impostos diretos aumentaram significativamente. Nos próximos anos vão assistir novamente a um aumento da verba do IMI. Portanto, esta questão do IMI é uma questão muito importante, mesmo com os erros que possam ocorrer e só acontecem com quem faz. É neste momento uma das principais receitas da Câmara, tal como de todos os municípios. Está a crescer, pois os impostos diretos cresceram mais de um milhão de euros. Apesar de ter havido uma quebra das transferências centrais, observam que essa quebra de, salvo erro, um milhão e 200 mil euros, praticamente 900 mil euros estão relacionadas com o Posto da GNR e 200 mil estão relacionadas com as AEC, que a Câmara deixou de fazer. Portanto, têm, de facto, mesmo com essa quebra, que não é propriamente das receitas correntes, um aumento da receita de IMI de um milhão de euros. E, tendo mais receitas, estando nesta altura neste contexto de competição, de dinamismo entre os municípios, é preciso de facto mais visão estratégica e mais ação. Fica muito contente que esteja a caminho a Startup Lourinhã, mas precisam de mais diferenciadores. Já há muitas Startup por todo o país. Espera que a Lourinhã tenha a imaginação, a criatividade e a capacidade para que com este orçamento de 28 milhões de euros possa fazer mais e melhor.

Presidente da Câmara:

Referiu que em relação ao IMI, já foi dito, é a realidade. Mas esquecem-se que no próximo ano o IMT não existe. E têm aqui um milhão e cem mil. Se não houver uma estratégia de equilíbrio desta situação, obviamente que as receitas caem drasticamente e precisam de receitas para investir no concelho da Lourinhã. Têm aqui uma série de situações, que estão a ser alvo de estudo, para avançar. O novo quadro comunitário abriu praticamente agora, não há ainda ninguém a fazer investimentos, no âmbito deste quadro comunitário. A Lourinhã está em pé de igualdade com todos os municípios deste País. Assim, ou o membro Nuno Sampaio não acompanha a estratégia de Portugal 2020, ou se acompanha sabe perfeitamente que isto é a verdade. Ir-se-á iniciar a partir do dia 05.06.2015 discussões sobre esta matéria com os demais presidentes de Câmara da OesteCIM, onde abordará os programas operacionais que preveem os respetivos investimentos no Concelho da Lourinhã. De seguida, mencionou alguns programas, tendo referido que oportunamente esta matéria será devidamente discutida e, nessa altura, poderá dar informação mais detalhada, em sede de Executivo e em sede da Assembleia.

Vereadora Carla Custódio:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Agradeceu a todos os colaboradores do município que numa forma ou de outra, uns mais, outros menos, contribuíram para que fosse possível à Assembleia ter hoje presente estes documentos, mais concretamente, de Prestação de Contas e Relatório de Gestão. A eles o seu obrigado.

Duarte Conceição:

Referiu que gostou da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, mas acha que estão completamente ao lado. Portanto, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara falou não é investimento para o desenvolvimento do Concelho. Esses investimentos não vão trazer novas empresas, não vão aumentar o número de empregos e não vão trazer desenvolvimento para o Concelho. Vão permitir sim reduzir, por exemplo, custos em determinadas áreas. Mas, reitera, não vão trazer desenvolvimento para o Concelho, nem uma visibilidade maior para o concelho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 12 – ”DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2014 (EM ANEXO RELATÓRIO ANUAL / EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E EXECUÇÃO DO PAEL, por força do disposto no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, e nos termos do n.º 7.º, artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, conjugados com o n.º 7.º, do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; e com a alínea a), do n.º 1 e n.º 2, do artigo 12.º, da Lei 43/2012, de 28/08)”, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor, 10 votos contra e 3 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.**

PONTO IV – Proposta 13 – Discussão e votação da proposta relativa à **”REVISÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, que em baixo se transcreve:

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação dessa Assembleia Municipal a **REVISÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2015**, devidamente aprovada pela Câmara Municipal, por maioria, em sua reunião **20/04/2015**.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Nota: Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se.

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Paula Marinho:

Referiu que gostaria que fosse esclarecido a esta bancada o que é o protocolo no montante de 22.000,00 € e porque desloca-se para os próximos anos. Relativamente à Oeste Led, perguntou por que razão caiu de 154.000,00 € para 1.000,00 €. Verifica-se também o aumento aproximadamente de 185.000,00 € nos transportes, de 185.000,00 € na rede viária e de aproximadamente 185.000,00 € na reabilitação da rede viária existente. Assim, esta bancada pretende saber a razão desta situação e, se for por causa da localização da nova escola, gostavam de questionar se a respetiva localização foi bem equacionada em relação aos custos que poderá acarretar.

Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros:

Referiu que gostaria de obter informação sobre a aquisição de imóvel em Ribamar, mais concretamente, de que aquisição se trata.

Vereadora Carla Custódio:

Referiu que a modificação às GOP tem a ver com o saldo de gerência que transitou do ano anterior e, por isso, estão a reforçar determinadas rúbricas. Só depois desta proposta ser, eventualmente, aprovada é que poderão executar o que está aqui planeado. É bom que esta questão fique clara. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, referiu que, no que se refere à reabilitação da rede viária municipal, é a mesma conta. Portanto, a rúbrica que está aqui a ser reforçada é reabilitação da rede viária municipal e não há duplicações. Em relação à Oeste Led, infelizmente, o projeto que estava a ser desenvolvido na OesteCIM, não vai seguir em frente e, por isso, face à respetiva informação, que obtiveram recentemente, retiraram o respetivo montante, deixando apenas o valor de 1.000,00 €, por uma questão de prudência, para o caso de pensarem mexer novamente nesta situação. Em relação ao protocolo no valor de 22.808,00 €, o Executivo pretende, oportunamente, levar a uma reunião de Câmara para celebrar um protocolo com o Sporting Clube Lourinhanense, tendo em vista o pagamento do relvado sintético. As instalações são do município, no entanto foi o clube que pagou o relvado. Para isso contraíram um empréstimo que se iniciou no ano passado. O empréstimo é de 10 anos e ir-se-á propor à Câmara que seja protocolado o valor que o Sporting Clube Lourinhanense vai ter que suportar com as amortizações e os juros do empréstimo que foi contraído para a colocação do referido relvado. A intenção de celebrar o protocolo resulta

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

porque o relvado sintético está num imóvel que pertence ao município. Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros, referiu que a rubrica que foi aberta, salvo erro, com 8.650,00 €, prende-se com o seguinte: na freguesia de Ribamar, na estrada nacional 247, em frente à Caixa Agrícola, existe um pequeno jardim e, a seguir a esse jardim, existe uma arrecadação/garagem encostada à estrada, e, por conseguinte, à frente não tem passeio. Portanto, já há bastante tempo que a Câmara tentava adquirir aquele imóvel, mas a proprietária nunca quis vender. Todavia, recentemente, contactou a Câmara e demonstrou interesse em vender o respetivo imóvel. Assim, a aludida verba tem como fim comprar o imóvel, porque quem passa ali a pé não tem passeio, tornando-se numa situação bastante perigosa para os pedestres. A ideia é comprar para demolir e fazer passeios e uma zona verde.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 13 – “REVISÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 10 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

PONTO V – Proposta 14 – Discussão e votação da proposta relativa à **“REVISÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, que em baixo se transcreve:

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação dessa Assembleia Municipal a **REVISÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO DE 2015**, devidamente aprovada pela Câmara Municipal, por maioria, em sua reunião **20/04/2015**.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Nota: Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se.

Após uma explanação, por parte da Sr.ª Vereadora Carla Custódio sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 14 – “REVISÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 10 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

De seguida, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia a continuidade da sessão, dado que passava das 01,00 horas. A Assembleia aprovou a continuação da sessão.

PONTO VI – Proposta 15 – Discussão e votação da proposta relativa à "**1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015**", que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2015.

Nos termos do disposto nos art.ºs 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06, os órgãos e serviços podem proceder a alterações ao respetivo mapa de pessoal para recrutamento dos recursos humanos que se venham a revelar necessários, para além dos inicialmente previstos, com vista ao desenvolvimento das suas atividades. Assim, relativamente a:

A. Cargos de direção intermédia de 2º (chefe de divisão) e 3º (coordenador) grau:

O novo Regulamento Orgânico do Município da Lourinhã, aprovado pela Câmara Municipal em 10/03/2015, e publicado pelo Despacho 3252/2015 no Diário da República, 2ª série nº 62, Parte H, de 30/03, entrou em vigor em 31/03, tendo o Senhor Presidente da Câmara determinado, por despacho dessa data, a manutenção das comissões de serviço dos dirigentes intermédios de 2º e 3º grau nas unidades orgânicas do mesmo nível que lhes sucederam – Divisão de Administração Geral, Divisão de Serviços Operacionais, Coordenação de Educação, Coordenação Financeira e Coordenação de Turismo e Competitividade.

1. Atendendo à extinção da Divisão de Educação e Intervenção Sociocultural, da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Atividades Económicas, e correspondente anulação dos procedimentos concursais para os respetivos cargos de direção, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 24/03/2015; à extinção da Coordenação de Serviços Urbanos e Ambiente; à criação da Coordenação de Modernização Administrativa e da Coordenação de Intervenção Sociocultural; bem como ao término, em 25/03/2015, das comissões de serviço dos dirigentes intermédios de 3º grau das unidades orgânicas – Coordenação de Obras Municipais, Coordenação de Serviços Urbanos e Ambiente, e Coordenação de Águas e Saneamento;

2. Atendendo ainda que, por despacho também de 31/03/2015, o Senhor Presidente da Câmara nomeou em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, dirigentes intermédios para as unidades orgânicas – Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Coordenação de Obras Municipais, Coordenação de Águas e Saneamento e Coordenação de Modernização Administrativa;

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

3. Considerando que o Mapa de Pessoal para 2015 deverá contemplar os cargos de direção intermédia, a preencher em regime de comissão de serviço, para a Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Coordenação de Obras Municipais, Coordenação de Águas e Saneamento, Coordenação de Modernização Administrativa e Coordenação de Intervenção Sociocultural constantes do novo Regulamento;

B. Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) para a Coordenação de Educação:

1. Considerando que se revela necessário contratar, com a maior brevidade possível, para a Coordenação de Educação, 3 Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) a partir da Reserva de Recrutamento interna resultante do procedimento concursal para recrutamento de Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) a termo resolutivo incerto – tempo inteiro, Refª B, aberto pelo Aviso nº 7178/2014, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 114, Parte H – Autarquias Locais, de 17/junho/2014, no âmbito do Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação, para além dos 6 postos de trabalho já previstos no mapa de pessoal da mesma carreira e categoria, para cumprimento do rácio de pessoal não docente apurado pela DGESTE;

E, considerando ainda que a Camara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**, deliberou aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal que em baixo se indica;

PROPONHO

Que, ao abrigo do art.º 29º da LTFP e do art.º 3º do DL nº 209/2009, de 03/09, essa Assembleia Municipal, aprove a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2015 do Município da Lourinhã para previsão de:

- a) 1 Cargo de direção intermédia de 2º grau para a Divisão de Ordenamento do território, Urbanismo e Ambiente;
- b) 1 Cargo de direção intermédia de 3º grau para a Coordenação de Obras Municipais;
- c) 1 Cargo de direção intermédia de 3º grau para a Coordenação de Águas e Saneamento;
- d) 1 Cargo de direção intermédia de 3º grau para a Coordenação de Modernização Administrativa;
- e) 1 Cargo de direção intermédia de 3º grau para a Coordenação de Intervenção Sociocultural;
- f) 3 Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) para a Coordenação de Educação, para celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto -tempo inteiro, ao abrigo da alínea i) do nº 1 do art.º 57º da LTFP (anteriormente alínea i) do nº 1 do art.º 93º do RCTFP), no âmbito do Contrato de Execução celebrado entre o Município da Lourinhã e o

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Ministério da Educação, dependente do reordenamento da rede escolar e dos rácios apurados anualmente em função do número de alunos em cada estabelecimento de educação e ensino.

Salienta-se que criação dos cargos e postos de trabalho acima referidos fica condicionada à aprovação prévia do Ponto V da ordem de trabalhos “3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO - ANO DE 2015” que contempla a dotação necessária para a sua ocupação.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Paula Marinho:

Perguntou se o concurso em causa é interno ou externo, quais são os critérios e relativamente às 3 assistentes, estas não fazem parte do protocolo que existe com o Ministério? Não deveriam vir à parte, uma vez que acabam por ser sempre aprovadas ao abrigo desse mesmo acordo?

Vereadora Carla Custódio:

Referiu que, em relação às 3 assistentes operacionais, não vem à parte, nem noutra proposta, porque tem a ver também com o mapa de pessoal. Quando o mapa de pessoal para 2015 foi feito não tinham ainda a resposta do Ministério da Educação, no sentido de aprovar estas 3 assistentes operacionais. Desta forma, estão a pedir para colocar mais 3 lugares, porque já têm essa aprovação do Ministério da Educação. Em relação ao ponto A - cargos de direção intermédia, não é um concurso interno. É um concurso público, com a devida publicação no Diário da República e, no ponto a seguir, vem a constituição do júri para o respetivo concurso e que terá os procedimentos normais.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 15 – “1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 9 votos de abstenção, num universo de 28 presenças. Estava ausente 1 membro aquando da votação.

PONTO VII – Proposta 16 – Discussão e votação da proposta relativa à “DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA PARA: DOTUA; CAS; COM; CIS E CMA”, que em baixo se transcreve:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

“Em 30 de março de 2015, foi publicada em Diário da República a nova organização dos serviços municipais que adotou um modelo de estrutura hierarquizada flexível organizada em divisões, coordenações e secções.

Conforme decorre da lei, al. c), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro com a redação atual, foram mantidas as comissões de serviço dos dirigentes relativas às unidades orgânicas em que não houve alteração substancial de competências. Quanto às restantes, deverá proceder-se à abertura dos respetivos procedimentos concursais para o preenchimento dos lugares.

Ora, considerando que nos termos do artigo 13.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação da assembleia sob proposta da Câmara e é composto por um presidente e 2 vogais;

*E, considerando ainda que a Câmara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**, tendo em conta os supracitados normativos legais, deliberou aprovar o júri para procedimentos de recrutamento e seleção dos cargos abaixo indicados.*

PROPONHO

Que essa Assembleia Municipal aprove, por força das normas legais supra mencionadas, a designação, para os cargos em causa, do seguinte júri:

Divisão Ordenamento Território Urbanismo e Ambiente

Presidente Júri: Carla Pereira Custódio – Vereadora dos RH

Vogais: Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos – Subdiretora-geral do Território

Constantino Rodrigues de Carvalho - Chefe Divisão da CML/DAG

Coordenação Águas e Saneamento

Presidente Júri: Carla Pereira Custódio – Vereadora dos RH

Vogais: Aires Escalda – Chefe Divisão da CML/DSO

Constantino Rodrigues de Carvalho - Chefe Divisão da CML/DAG

Coordenação Obras Municipais

Presidente Júri: Carla Pereira Custódio – Vereadora dos RH

Vogais: Aires Escalda – Chefe Divisão da CML/DSO

Constantino Rodrigues de Carvalho Chefe Divisão da CML/DAG

Coordenação intervenção sociocultural

Presidente Júri: Carla Pereira Custódio – Vereadora dos RH

Vogais: Constantino Rodrigues de Carvalho Chefe Divisão da CML/DAG

Luís Filipe Martins Gomes – Chefe Divisão da CML/DOTUA

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Coordenação Modernização Administrativa

Presidente Júri: Carla Pereira Custódio – Vereadora dos RH

Vogais: Constantino Rodrigues de Carvalho - Chefe Divisão da CML/DAG

Luís Filipe Martins Gomes – Chefe Divisão da CML/DOTUA

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 16 – “DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA PARA: DOTUA; CAS; COM; CIS E CMA”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 18 votos a favor e 9 votos de abstenção, num universo de 27 presenças. Estavam ausentes aquando da votação 2 membros.

PONTO VIII – Proposta 17 – Discussão e votação da proposta relativa à **“AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO A GRANEL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DA DESPESA”**, que em baixo se transcreve:

“Na sequência do solicitado pela Divisão de Serviços Operacionais desta Autarquia, foi determinado que os Concursos encetassem as diligências necessárias à abertura do procedimento para aquisição de gasóleo rodoviário a granel, nomeadamente gasóleo (lote 2), a desencadear por Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro n.º 1/2012 CC-OESTE, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Neste contexto, o Município de Lourinhã pretende contratar o fornecimento acima descrito ao abrigo do Acordo Quadro que em Dezembro de 2012 foi celebrado para fornecimento de combustíveis rodoviários com a Repsol Portuguesa, S.A. e a Petroibérica, S.A., pelo prazo de 3 anos, com a OesteCim. Visto que o Município da Lourinhã celebrou ao abrigo do Acordo Quadro um contrato por dois anos, em maio de 2013 e, atendendo a que o mesmo ainda se encontra vigente, verifica-se a necessidade de recorrer ao fornecimento de gasóleo a granel para mais um ano ao abrigo do referido Acordo Quadro, para fazer face às necessidades laborais do serviço requisitante (DSO).

Deste modo, apurou-se que o valor estimado da despesa a efetuar é de 232.520,11 EUR (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e vinte euros e onze cêntimos) acrescido de IVA à taxa

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

legal em vigor, se este for legalmente devido. Tem cabimento na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 e na classificação económica 02010202, do orçamento de 2015, repartidos pelos anos económicos de 2015 e 2016 como se resume:

■ **Encargo 2015:**

Valor da despesa é de 175.000,00€ (IVA incluído)

■ **Anos Seguintes – 2016:**

Valor da despesa é de 111.000,00€ (IVA incluído)

*Importa referir que a decisão de contratar é da competência do Órgão Executivo da Câmara Municipal da Lourinhã, nos precisos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho, e nos termos estabelecidos no artigo 36º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro do Código dos Contratos Públicos (CCP). Assim, a Câmara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**, deliberou contratar o fornecimento em causa.*

No entanto, o art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal;

*E, também a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos, **reforça**, na sua alínea c), do número 1 do art.º 6º, que a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao procedimento, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.*

Desta forma, face ao acimo exposto, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 20/04/2015,

PROPONHO

*Que esse Órgão Deliberativo conceda a **autorização prévia para a assunção da respetiva despesa, dado tratar-se de um compromisso plurianual.***

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 17 – “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO A GRANEL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DA DESPESA”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor, num universo de 28 presenças. Estava ausente um membro aquando da votação.

PONTO IX - Proposta 18 – Discussão e votação da proposta relativa à **“CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO”**, que em baixo se transcreve:

1. *Considerando que o Mapa de Pessoal em vigor contempla a ocupação de 6 postos de trabalho de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa) para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto – tempo inteiro, a partir da Reserva de Recrutamento Interna resultante do procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 7178/2014, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 114, Parte H – Autarquias Locais, de 17/junho/2014 – Refª B;*

2. *Atendendo ao teor da Informação nº 14/2015, de 20/03, da Coordenação de Educação, na qual se comunica a necessidade de proceder à ocupação dos postos de trabalho referidos no ponto 1, com a maior brevidade possível, “De forma a responder ao apuramento de rácio de pessoal não docente para o ano letivo 2014/2015 [na vigência da Portaria 1049-A/2008, de 16 de setembro, e do Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação] e às necessidades dos estabelecimentos de ensino do município”, os quais se encontram devidamente cabimentados e comprometidos à data (fichas de cabimento nº 19274, 19275, 19276, 19277 e 19278, e fichas de compromisso nº 20313, 20314, 20315, 20316 e 20317, em anexo);*

3. *Atendendo ainda à comunicação da necessidade imediata de contratação adicional de 3 Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa), não previstos no mapa de pessoal nem no orçamento do município para 2015, também a partir da Reserva de Recrutamento interna acima referida, para cumprimento do rácio de pessoal não docente entretanto apurado pela DGESTE para os agrupamentos de escolas e jardins-de-infância do concelho;*

4. *Considerando também que serão observadas e estritamente cumpridas as prioridades legais impostas no recrutamento pelo art.º 48 da Lei de Orçamento de Estado para 2015;*

5. *E que, em cumprimento do disposto na Portaria nº 83-A/2009, de 22/01, na redação atual, após consulta, foi rececionada a 17/04/2015, declaração de inexistência de qualquer candidato com o perfil adequado em reservas da Entidade Centralizada para a Constituição de*

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Reservas de Recrutamento (ECCRC) por não ter, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento no âmbito desta entidade,

*Assim, face ao acima exposto, e em cumprimento da deliberação da tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**,*

PROPONHO

Que, ao abrigo do art.º 30º da Lei do Trabalho em Funções Públicas e do nº 5 do art.º 62º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, essa Assembleia Municipal autorize o recrutamento de 9 trabalhadores a partir da Reserva de Recrutamento Interna existente, conforme acima referido:

– Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) para celebração de contrato a termo resolutivo incerto – tempo inteiro, ao abrigo da alínea i) do nº 1 do art.º 57º da LTFP (anteriormente alínea i) do nº 1 do art.º 93º do RCTFP), no âmbito do Contrato de Execução celebrado entre o Município da Lourinhã e o Ministério da Educação, dependente do reordenamento da rede escolar e dos rácios apurados anualmente em função do número de alunos em cada estabelecimento de educação e ensino.

*A decisão quanto ao recrutamento dos 3 postos de trabalho não previstos inicialmente no mapa de pessoal nem no orçamento para 2015 fica condicionada à aprovação prévia dos Pontos **V** e **VI** da ordem de trabalhos “3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO - ANO DE 2015” e “1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DO PESSOAL DE 2015”, respetivamente.*

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do Sr. Vereador Fernando Oliveira sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Paula Marinho:

Relativamente a estes lugares referiu que no fim da proposta refere que está sujeito à prévia aprovação dos pontos V e VI. O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que os respetivos pontos já foram aprovados na presente sessão da Assembleia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 18 – “CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO”**, tendo

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

PONTO X – Proposta 19 – Discussão e votação da proposta relativa ao "**REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ** ", que em baixo se transcreve:

“Considerando que:

1. Através da deliberação de 16.09.2014, a Câmara Municipal de Lourinhã aprovou o projeto de regulamento identificado em epígrafe, tendo igualmente aprovado submetê-lo à apreciação pública para recolha de sugestões, nos termos legalmente previstos;

2. Durante o período de discussão pública foi recebido o contributo de um munícipe que se junta em anexo;

3. Considerando que o referido contributo, embora meritório, não foi acolhido por ter sido considerado que a proposta de regulamento já contemplava as sugestões apresentadas.

*4. Considerando ainda que Câmara Municipal, em sua reunião de **20/04/2015**, ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, aprovar o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã, e submetê-lo à eventual aprovação da Assembleia Municipal;*

PROPONHO

Que, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esse Órgão Deliberativo aprove o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã, ora anexo e que faz parte integrante da presente proposta.

Lourinhã, 22 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Nota: Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se, com base nos pressupostos apresentados na Declaração de Voto, apresentada na reunião de Câmara de 16/09/2014.

Após uma explanação, por parte do Sr. Vereador Fernando Oliveira sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Paula Marinho:

Referiu que esperam, antes de mais, que estas medalhas não se venham a tornar num conveniente instrumento político. Mas não se deve, na opinião desta bancada, misturar o público com o privado. Que é necessário existir um Regulamento também não existe dúvida, porque senão é que seria incontrolável. Da mesma forma que as entidades públicas não devem influenciar as iniciativas privadas, também ninguém se lembrará de ir dizer ao Sr. Presidente da Assembleia da República para delegar a sua competência ao nível de medalhas ou ordens ou louvores a um privado, como os globos de ouro da Nova Gente ou da SIC. Mas, relativamente ao regulamento, gostariam de saber o seguinte: não vem, por exemplo, mencionada a possibilidade de se tirar medalhas.

Filomena Frade:

Referiu que, apesar de não existir o Regulamento, em tempos já se chegou a distribuir este tipo de medalhas ou de reconhecimento. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, efetivamente, não existia um regulamento e o reconhecimento que a membro Filomena Frade referiu não contemplava a entrega de uma medalha mas sim de um diploma.

José Tomé:

Referiu que queria congratular-se com a elaboração deste Regulamento, pois considera-o importante. Como dizia a membro Filomena Frade é verdade que em tempo houve um reconhecimento através de Diplomas. Mas não tinha, em termos de regulamento, sustentação. Não quer dizer que não houvesse critérios, mas crê que isto valida muito mais e prestigia muito mais toda esta situação. Do seu ponto de vista, considera que o Regulamento está bem feito. No entanto, tem que falar novamente na declaração de Voto dos Srs. Vereadores da oposição. Portanto, na sua opinião, o Regulamento não é gerador de confusão nenhuma. A confusão é de facto dos Srs. Vereadores do PSD, pois não há aqui, do seu ponto de vista, nem pode haver qualquer confusão. Portanto, acha que a declaração de voto essa sim é geradora de confusão. Não podem confundir, e já aqui foi referido, nesse sentido, o exemplo da Sr.^a Presidente da Assembleia da República. Aliás, até se atreve a dizer mais, até porque têm nesta assembleia um assessor do Sr. Presidente da República, mais concretamente, se a moda pega não se vá influenciar o Sr. Presidente da República a entregar os seus títulos honoríficos na sessão dos Globos de Ouro. Portanto, isto não é assim! Até lhe faz alguma confusão quando o Sr. Vereador António Augusto Antunes, pessoa prestigiada, coronel duma força do exército, que sabe perfeitamente destas questões e os seus valores, enfim, toda esta lógica que existe. Portanto, faz-lhe muita confusão de como se pode fazer uma declaração de

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

voto nestes termos. É um “excelente” documento para a história, mas é uma visão aos “quadrinhos”. Confunde-se o que é uma associação privada com o seu mérito, com um papel importante no reconhecimento de diferentes entidades, mas não está no Regulamento nada que seja motivo de confusão. Permita-lhes que também diga que uma boa oposição ajuda sempre uma melhor governança, portanto, acha que é por aí que se deve ir. A assunção das responsabilidades e o prestígio das entidades é extremamente importante.

Vereador Hernâni Santos:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, em relação às palavras que o membro José Tomé proferiu, pensa que, provavelmente, deverá ser do adiantado da hora e o mesmo teve alguma dificuldade em ler a declaração de voto dos vereadores da oposição. Portanto, na declaração de voto quiseram salientar que a ADL é uma Associação de Desenvolvimento do Concelho da Lourinhã, e, portanto, nesse contexto desenvolve as suas atividades. É uma entidade que merece, na sua opinião, por parte de todos, uma análise abrangente pelas suas características e pelas atividades que tem desenvolvido. Assim, o que querem dizer na declaração de voto é que há uma aproximação muito grande entre aquilo que é proposto pela Câmara e aquilo que é o regulamento de prémios da ADL. É por causa disso que não se identificam com o Regulamento que foi apresentado. Percebem claramente a ação do Presidente da República ou de outras entidades públicas quando promovem as suas distinções, comparativamente com entidades privadas, como acontece, por exemplo, com os Globos de Ouro. São situações, sem dúvida, completamente diferentes umas das outras. Mas, aquilo que identificam no Regulamento que foi apresentado é que há muitas semelhanças entre as duas situações (Regulamento da Câmara e Regulamento da ADL). É essa situação que motivou a declaração de voto e de terem votado da forma como votaram. Portanto, é essa a análise que acham que o município deveria ter feito. Tiveram a oportunidade de conversar sobre isto na reunião de Câmara, aquando da discussão deste tema. Quer dizer também que a forma como têm trabalhado e como se têm dedicado a função de autárquica, não dá aso a qualquer confusão. As funções autárquicas que têm desempenhado são de vereadores disponíveis para exercerem as suas funções, no sentido de apoiarem o mais possível os trabalhos da Câmara. Por isso, é que, voluntariamente, às segundas, quartas e sextas estão presentes no município. Isto não tem que causar qualquer transtorno aos membros da bancada do Partido Socialista, muito pelo contrário. Isto só demonstra a disponibilidade e a dedicação que têm ao município, exercendo as suas funções de forma leal e dedicada de acordo com os princípios da candidatura que apresentaram. Os princípios da sua candidatura

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

estão presentes e foram eleitos em função dos votos que tiveram. Por isso, consideram que a avaliação do trabalho que têm feito vai ser feita daqui há algum tempo, quando houver novamente eleições.

José Tomé:

Referiu a intervenção do Sr. Vereador Hernâni Santos só valida aquilo que referiu anteriormente. De facto a confusão na sua intervenção mantém-se, porque continua a confundir o que é a ADL e a ação da ADL no reconhecimento a diferentes personalidades ou entidades. Por exemplo, o ator Ruy de Carvalho já foi homenageado nos Globos de Ouro e já foi condecorado pelo Sr. Presidente da República. Qual é o problema? Portanto, reafirma que não existe aqui confusão nenhuma, porque, de facto, as entidades são diferentes e os valores são diferentes. Se calhar o ator Ruy de Carvalho ao receber um título honorífico considera-o muito mais dignificante do que o Globo de Ouro, com o devido respeito pelas entidades envolvidas. É isto que está aqui em causa e é para isto que apela à visão dos Vereadores da oposição, para não ficarem efetivamente “quadrinhos” nestas coisas. Têm que ir mais além e ver as coisas doutra forma. Isso é que é importante! Isso é que também ajuda a crescer a Lourinhã.

Vereador Hernâni Santos:

Referiu que, na sua opinião, face ao adiantado da hora, não precisam de estar aqui durante muito mais tempo a discutir esta situação, até porque essa visão dos “quadrinhos” está patente na forma como este município tem sido desenvolvido nos últimos anos, e o membro José Tomé tem aqui muita relação com os “quadrinhos”. Em relação à proposta se o membro José Tomé analisar bem, se tiver oportunidade de comparar as duas, irá perceber muito bem aquilo que lhe quis dizer e que toda a gente percebeu.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 19 – “REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor e 9 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

PONTO XI – Para Conhecimento - Informação n.º 08/2015, de 06/04 da Coordenação Financeira - relativa à “Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 03 de fevereiro a 01 de abril de 2015”.

A Assembleia tomou conhecimento.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

Os membros da Assembleia **Nuno Sampaio** e **Filomena Frade** comunicaram que não participarão na discussão e votação do Ponto XVII, por impedimento, dado que pertencem aos Órgãos Sociais da ADL, pelo que se retiraram da sala.

-----**EXTRA-AGENDA**-----

PONTO XII – Proposta 20 – Discussão e votação da proposta relativa à **“ISENÇÃO DE TAXAS, SOLICITADA PELA ADL (ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA LOURINHÃ), REFERENTES À LICENÇA ESPECIAL DE RÚIDO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO EXPO LOURINHÃ – ADL 2015”**, que se transcreve:

“Mediante requerimento registado sob o n.º 2362/2015 datado de 10 de abril, a ADL – Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã, solicitou à Câmara Municipal a licença especial de ruído para a realização do evento: “Expo Lourinhã - ADL 2015”, cujo pedido foi devidamente deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 15/04/2015.

A ADL – Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã, através do mesmo requerimento, solicitou à Câmara a isenção das respetivas taxas, no valor total de 920,00 €, tendo a Câmara Municipal, em sua reunião de 28/04/2015, aprovado o pedido de isenção em causa.

No entanto, como a isenção de taxas é da competência da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 5.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Municipais

PROPONHO

Que, ao abrigo do artigo supra referido, esse Órgão Deliberativo autorize a isenção das taxas referentes à licença especial de ruído para a realização da “Expo Lourinhã - ADL 2015”, dado tratar-se de um evento que pretende dinamizar e implementar atividades, que visam o desenvolvimento local do nosso Concelho

Lourinhã, 29 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Joaquim Simões:

Referiu que a sua intervenção é no sentido de felicitar a ADL por esta iniciativa. Portanto, esta Associação já os tem habituado, ao longo destes últimos anos, à qualidade das ações que

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

desenvolve. Também queria referir que, de facto, o concelho da Lourinhã, felizmente, tem uma população que é empenhada e que contribui fortemente para estas iniciativas, que levam o bom nome da Lourinhã através do mundo. Queria desejar os maiores êxitos à ADL para mais um evento que contribui para o desenvolvimento da Lourinhã.

Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro:

Referiu que está totalmente de acordo com a respetiva isenção. Dando continuidade à intervenção do membro Joaquim Simões, referiu que queria colocar uma questão, MAIS concretamente, estando também ligado a um movimento associativo (não como Presidente de Junta de Freguesia) gostava de saber se outras associações que existam no concelho poderão beneficiar, igualmente, deste tipo de isenção. Isto porque, nos dias que correm, decerto que é do conhecimento geral (inclusive estão muitos presentes ligados ao movimento associativo) as associações debatem-se com dificuldades financeiras. Assim, se esta medida pudesse ser extensível a outras associações do concelho, seria bastante benéfico. Percebe que tem que existir alguns critérios na atribuição desta isenção, mas deixa aqui este repto, de, pelo menos, uma vez por ano, mediante o evento que promovam, outras associações possam beneficiar desta isenção.

José Tomé:

Referiu que a sua intervenção irá na linha daquilo que disse o membro Joaquim Simões, assim como o Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro. Por um lado, quer congratular-se pela iniciativa da ADL, que faz todo o sentido. A respetiva Associação tem já um histórico nesta matéria e que tem vindo a crescer, também com algum apoio da Câmara. Deverá, ainda, perceber-se se há disponibilidade, por parte do Executivo de, no futuro, como o Presidente da Junta do Vimeiro referiu, estender esta isenção a outras associações do concelho, mantendo este critério ou definir algum outro critério. Por outro lado, este assunto vem em Extra-Agenda, mas tendo já na passada assembleia municipal um elemento da ADL feito uma apresentação deste evento, parece-lhe que não havia necessidade desta matéria ter vindo em Extra-Agenda. Acha que ter-se-á que aferir estas situações, embora possa ter havido alguma coisa que tenha motivado o aparecimento deste assunto só agora.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Referiu que a sua intervenção vem no sentido das outras intervenções já feitas. Portanto, é claro que a ADL está de parabéns por novamente ter uma iniciativa destas. É uma iniciativa muito positiva para o Concelho. Relativamente a esta isenção, não é contra, agora estão a abrir aqui um espaço para muitas outras associações. Lembra que há pouco tempo existiu

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

aqui um colóquio/encontro onde esteve o Passmúsica e a Sociedade Portuguesa de Autores. Nessa iniciativa foram debatidas as dificuldades que as associações tinham para pagar todas essas taxas. Portanto, as associações, de um modo geral, têm algumas dificuldades e concorda com o que foi dito anteriormente, pois será necessário definir critérios tendo em vista isentar outras associações do concelho.

José Soeiro:

Referiu que, na sua opinião, todos os eventos que contribuam para divulgar o concelho, para trazer pessoas e dignificar o concelho devem se apoiados, devem ser comunicados e divulgados. A dúvida que tem e que as outras bancadas não invocaram é a seguinte: se a ExpoLourinhã decorre de 30.04.2015 a 03.05.2015, por que razão já está em funcionamento uma estrutura, mais concretamente, os “carrinhos de choque”. Não lhe parece que a ADL usufrua de qualquer benefício financeiro com esta situação. Trata-se de uma exploração privada. Assim, na sua opinião, essa situação deveria ser clarificada. É uma questão de fundo, mais concretamente, vem aqui em nome da ADL um pedido de isenção, que entra hoje em Extra-Agenda, para a Assembleia deliberar, mas existe uma estrutura (carrinhos de choque) que já está em funcionamento desde o dia 25.04.2015. Portanto, isto deveria ser esclarecido antes de se colocar a votação. Está claro que vai votar favoravelmente, mas não consegue identificar, nem sabe se a empresa que explora os “carrinhos de choque” está a fazer um contributo fantástico para ADL. Não sabem, mas, se calhar, tinham que saber pois é um privado e com certeza tem o seu negócio.

Presidente da Câmara:

Referiu que as associações estão isentas, relativamente ao pagamento de taxas, de acordo com o regulamento em vigor. Só em relação ao ruído é necessária a aprovação da assembleia municipal. Vem agora este pedido porque a ADL só conseguiu reunir toda a documentação muito recentemente. Nessa medida, este assunto esteve presente na reunião de Câmara que se realizou ontem, dia 28.04.2015. Daí o motivo deste pedido de isenção vir em Extra-Agenda.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 20 – “ISENÇÃO DE TAXAS, SOLICITADA PELA ADL (ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA LOURINHÃ), REFERENTES À LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO EXPO LOURINHÃ – ADL 2015”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 27 votos a favor, num universo de 27 presenças. Estavam ausentes aquando da votação 2 membros.

ATA 02/2015
Reunião Ordinária de 29 de abril de 2015

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, solicitou o voto de confiança, para aprovar a presente ata em minuta. Tendo sido concedido.

Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente ata.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a reunião quando eram 01,40 horas. Lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e por nós que a subscrevemos.

_____ (Presidente da Assembleia Municipal) -----

_____ (1º Secretário) -----

_____ (2º Secretário) -----

